



Relatório Anual de Monitorização do Desenvolvimento Organizacional do IPS - 2015 -

Unidade para a Avaliação e Qualidade do IPS

(UNIQUA-IPS)

julho de 2016

PREÂMBULO

Conforme estabelecido no Sistema Integrado de Gestão e de Garantia da Qualidade (SIGGQ), é elaborado o presente Relatório Anual de Monitorização do Desenvolvimento Organizacional do IPS, através do qual se pretende, essencialmente, efetuar uma análise crítica sobre a política institucional, processos e procedimentos utilizados no âmbito da sua missão, bem como a apresentação de recomendações e propostas para a melhoria do seu funcionamento.

Pretende-se, também, efetuar uma análise à implementação do SIGGQ, tendo em vista a melhoria da sua eficácia.

Para o efeito, foram recolhidos e analisados dados e informações contidas nos Relatórios Anuais de atividades do IPS e das unidades orgânicas, relatórios da Oferta Formativa das escolas e relatório da Provedora do Estudante, relativos a 2015.

Os planos de atividade para o desenvolvimento institucional do IPS, assentaram essencialmente em 4 eixos de intervenção estratégica, designadamente, Ensino e aprendizagem de qualidade reconhecida, Centro promotor de conhecimento e inovação, Comunidade aberta e internacional, Governação inclusiva e sustentável.

O presente relatório estará, assim, estruturado nas seguintes dimensões:

- Ensino e aprendizagem;
- Promoção do conhecimento e inovação;
- Comunidade Aberta e Internacionalização;
- Governação;
- Sistema Integrado de Gestão e da Garantia da Qualidade.

Na parte final do relatório são apresentadas as recomendações e propostas de melhoria ao nível do desenvolvimento institucional e do SIGGQ.

ÍNDICE

1	ENSINO E APRENDIZAGEM	4
1.1	Oferta Formativa	4
1.2	Número de Estudantes	5
1.3	Caracterização da procura	7
1.4	Sucesso Académico	7
1.5	Inserção profissional dos diplomados.....	9
2	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO.....	10
2.1	Investigação	10
2.2	Empreendedorismo	12
3	COMUNIDADE ABERTA E INTERNACIONALIZAÇÃO	12
3.1	Ligação à Envoltente.....	12
3.2	Internacionalização	14
4	GOVERNAÇÃO.....	15
4.1	Gestão	15
4.2	Desenvolvimento dos Recursos Humanos.....	16
4.2.1	Colaboradores Docentes	16
4.2.2	Colaboradores não Docentes	18
4.3	Infraestruturas e Equipamentos	20
4.4	Provedoria do Estudante	21
5	SIGGQ.....	22
5.1	Considerações Gerais.....	22
5.2	Implementação do SIGGQ.....	24
5.2.1	Definição e documentação da política institucional para a qualidade	24
5.2.2	Ensino e aprendizagem	25
5.2.3	Investigação e Desenvolvimento.....	27
5.2.4	Relações com o Exterior	28
5.2.5	Recursos Humanos.....	29
5.2.6	Internacionalização	30
5.2.7	Recursos Materiais e Serviços	31
5.2.8	Sistema de informação.....	32
5.2.9	Divulgação Pública da Informação	33
5.2.10	Acompanhamento, avaliação e melhoria contínua do SIGGQ.....	35
5.3	Análise SWOT	36
6	RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS DE MELHORIA	37
6.1	Recomendações e Propostas de melhoria ao desenvolvimento institucional.....	37
6.2	Recomendações e Propostas de melhoria ao SIGGQ.....	38

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Variação do nº de estudantes	5
Tabela 2 – Variação do número de estudantes por tipo de curso	6
Tabela 3 – Variação do número de estudantes por tipo de curso e por escola	6
Tabela 4 – Preenchimento de Vagas 2015/2016 - Licenciaturas.....	7
Tabela 5 – Evolução da taxa de sobrevivência nas licenciaturas no IPS.....	8
Tabela 6 – Evolução da taxa de sobrevivência nos cursos mais problemáticos	8
Tabela 7 – Evolução da produção científica	11
Tabela 8 – Evolução das bolsas de curta duração	11
Tabela 9 – Iniciativas e participação de estudantes de Escolas Secundárias/Profissionais.....	13
Tabela 10 – Evolução da mobilidade internacional	14
Tabela 11 – Categorias profissionais do pessoal docente 2013-2015.....	16
Tabela 12 – Evolução da % de ETI doutorados	17
Tabela 13 – % de docentes a tempo integral, de carreira, com grau de doutor	17
Tabela 14 – Evolução do número de detentores, e respetivo ETI, do Título de Especialista 2013-2015 ...	18
Tabela 15 – Distribuição do pessoal não docente por categoria profissional 2013-2015.....	19
Tabela 16 – Distribuição do pessoal não docente, por qualificação 2013-2015	19
Tabela 17 – Participação do pessoal não docente em formação profissional 2013-2015	19

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Oferta formativa IPS disponibilizada para o 1º ano, em 2015/2016	4
Figura 2 – Variação do nº de estudantes 2015/2014	5
Figura 3 – Variação do nº de estudantes 2015/2014 (licenciaturas, mestrados e pós-graduações)	6
Figura 4 – Taxa de sobrevivência nas licenciaturas – 2014/2015.....	8
Figura 5 – Produção Técnico-Científica em 2015	11
Figura 6 – % de ETI doutorados em 2015	17
Figura 7 – Número de ETI Especialistas em 2015	18

1 ENSINO E APRENDIZAGEM

1.1 Oferta Formativa

No ano letivo de 2015/2016 entraram em funcionamento 2 novos cursos de licenciatura (Tecnologia Biomédica na ESTS e Tecnologias do Petróleo na ESTB) a acrescer aos 30 cursos existentes, não tendo sido colocadas a concurso vagas para as licenciaturas em Promoção Artística e Património (ESE), em Engenharia Química e em Gestão da Construção - regimes diurno e noturno (EST Barreiro) e em Engenharia Biomédica (ESTS), funcionando, todavia, para os restantes anos curriculares.

Ao nível dos mestrados, dos 22 cursos disponibilizados, não entraram em funcionamento os cursos de Energia e Engenharia Biomédica–Desporto e Reabilitação da ESTS (em colaboração com a ESS) e os cursos da ESS em (Re)Habilitação Vocal, e Enfermagem Perioperatória por não terem candidatos suficientes. Somente funcionaram na ESE os 2º anos dos cursos de Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo no Ensino Básico, Ensino de Educação Musical no Ensino Básico, Ensino de Educação Visual e Tecnológica no Ensino Básico, Ensino do 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico e, na ESTB, Conservação e Reabilitação do Edificado.

Foi iniciada a oferta formativa dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), com a entrada em funcionamento de 14 cursos, dos 19 cursos aprovados.

Das 15 Pós-Graduações oferecidas, não funcionaram (também por não terem candidatos suficientes), os cursos de Mutilação Genital Feminina da ESS, os cursos de Tecnologia Aeronáutica, *Lean Operations Management*, Eficiência Energética, Energias Renováveis em Edifícios e Engenharia de Instrumentação e Sistemas de Automação da ESTS e o Curso de Contabilidade Pública da ESCE.

Foram, ainda criados 10 cursos de curta duração: 2 pela ESS - *Health Care of vulnerable groups: emerging challenges* ICHCI 2 light e Reabilitação Pediátrica; 2 cursos de Programação e Inteligência Digital (ESCE e ESTS) e o curso de Preparação para os Exames de Avaliação Profissional da Ordem dos Contabilistas Certificados (ESCE); 5 cursos na ESE - focados na Exploração e Construção de situações de aprendizagem com TIC com recurso à utilização de linguagem de programação *Scratch*”, *Perspetivas sobre o ensino e aprendizagem da Matemática nos 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e XVII Simpósio Internacional de Informática Educativa*”.

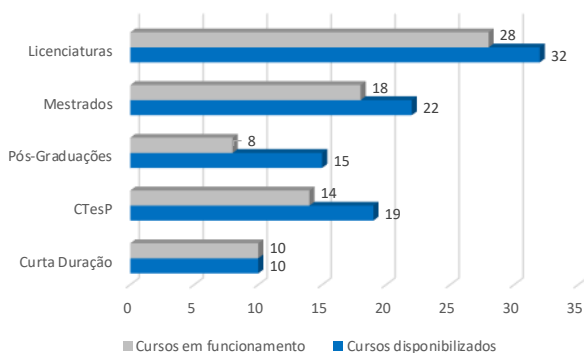


Figura 1 – Oferta formativa IPS disponibilizada para o 1º ano, em 2015/2016

Em 2015, as 9 licenciaturas e 8 mestrados que se encontravam programados para avaliação pela A3ES foram todos acreditados, todavia, alguns condicionalmente por 1 ano, designadamente, as licenciaturas em Engenharia do Ambiente, Tecnologia e Gestão Industrial e Engenharia Informática (posteriormente acreditados por 6 anos).

Tendo presente a oferta formativa do IPS, que apresenta um leque alargado de opções, constata-se, todavia, que algumas das formações oferecidas não foram procuradas pelos respetivos públicos-alvo, pelo que, como será natural, cada uma das escolas deverá proceder, de forma sistemática, à análise contextual e conseqüente ajustamento da oferta, quer não propondo a abertura de cursos já existentes, quer tomando a iniciativa de construção de novos cursos ajustados aos interesses da comunidade.

1.2 Número de Estudantes

Para 2015, era objetivo aumentar em 7,5% o número total de estudantes do IPS, tendo-se atingido um aumento de 7,76%, correspondente a um total de 5.445 estudantes inscritos em dezembro de 2015 em todos os tipos de formações. Em todas as escolas registou-se um aumento de estudantes inscritos, com especial referência para a ESCE, com um aumento de cerca de 14%.

	Δ 2015/2014	%
EST Setúbal	126	7,77%
ESE	8	1,13%
ESCE	234	13,81%
ESTBarreiro	10	2,25%
ESS	14	2,39%
Total IPS	392	7,76%

Tabela 1 – Variação do nº de estudantes

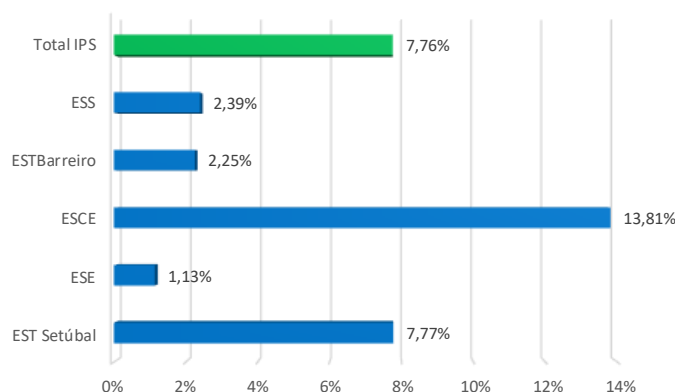


Figura 2 – Variação do nº de estudantes 2015/2014

Registou-se, no entanto, uma diminuição ao nível das pós-graduações, mantendo-se o número de estudantes inscritos em cursos de mestrado. De referir que em 2015 deu-se início à entrada em funcionamento dos Cursos de Técnico Superior Profissional (CTeSP), que vieram substituir os anteriores Cursos de Especialização Tecnológica (CET), o que justifica a significativa redução do número de estudantes neste tipo de cursos. As outras formações correspondem a cursos de preparação para os

exames de avaliação profissional da Ordem dos Contabilistas Certificados (ministrados na ESCE), no curso de Programação e Inteligência Digital e nos cursos de Pós-Licenciatura (ministrados na ESS).

	Δ 2015/2014	%
CET	-261	-74,57%
CTeSP	341	
Licenciatura	145	3,55%
Mestrado	0	0,00%
Pós-Graduação	-16	-17,58%
Outras Formações	183	
Total	392	7,76%

Tabela 2 – Variação do número de estudantes por tipo de curso

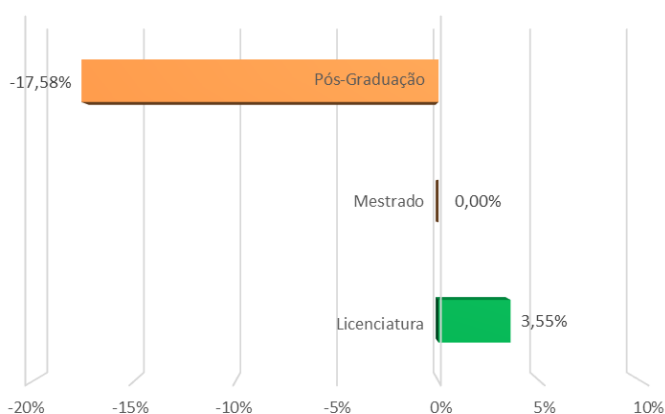


Figura 3 – Variação do nº de estudantes 2015/2014 (licenciaturas, mestrados e pós-graduações)

Na tabela seguinte é apresentada a variação do número de estudantes, por tipo de curso e por escola, onde se pode observar uma redução significativa correspondente aos mestrados na ESE, na ESTB e na ESS. De referir que era objetivo do IPS aumentar em 10% o número de estudantes matriculados no mestrado - o que não foi atingido - e que com o início da oferta de CTeSP, o número de estudantes matriculados foi de 341, quando era objetivo atingir-se 320 estudantes.

	ESTS		ESE		ESCE		ESTB		ESS	
	Δ	%	Δ	%	Δ	%	Δ	%	Δ	%
CET	-209	-75,18%					-52	-72,22%		
CTeSP	230		40		27		44			
Licenciatura	46	3,62%	-12	-2,14%	66	4,52%	24	7,41%	21	4,43%
Mestrado	10	17,24%	-19	-14,84%	38	18,27%	-6	-12,24%	-23	-28,75%
Pós-Graduação	-1	-7,69%	-1	-5,00%	-1	-3,70%			-13	-41,94%
Outras Formações	50				104				29	
Total	126	7,77%	8	1,13%	234	13,81%	10	2,25%	14	2,39%

Tabela 3 – Variação do número de estudantes por tipo de curso e por escola

Apesar de se ter registado um aumento global do número de estudantes inscritos e se ter ultrapassado o objetivo estabelecido para 2015 em 0,26%, tal deveu-se essencialmente a um aumento (reduzido) ao nível das licenciaturas e à entrada de novos estudantes para os CTeSP. Verificou-se uma redução nas Pós-Graduações e manutenção de estudantes nos mestrados, pelo que será importante à análise contextual e eventual ajustamento da oferta destes cursos e reforçar a sua divulgação junto do público-alvo.

1.3 Caracterização da procura

Ao nível das licenciaturas, foram preenchidas 76,4% das vagas disponibilizadas na 1.ª fase, tendo a ESS registado a taxa mais elevada (94,2%), seguida da ESCE (84,7%) e da ESE (76%). As escolas de Tecnologia, à semelhança do ocorrido em anos anteriores, registaram taxas mais baixas (68,6% na ESTS e 62,7% na ESTB).

No que respeita às modalidades de ingresso, constata-se que, globalmente, o Concurso Nacional de Acesso (CNA) representou 59,5%, o Concurso para Maiores de 23 anos (M23) 17,9%, o concurso para titulares de CET 11,5% e os outros regimes de ingresso representaram 11,2%.

	CNA				M23				Titulares de CET				Outros				Total		
	Vagas	Matric.	Eficácia	Peso no Total	Vagas	Matric.	Eficácia	Peso no Total	Vagas	Matric.	Eficácia	Peso no Total	Vagas	Matric.	Eficácia	Peso no Total	Vagas	Matric.	Eficácia
ESTS	381	153	40,2%	39,4%	19	64	336,8%	16,5%	28	130	464,3%	33,5%	138	41	29,7%	10,6%	566	388	68,6%
ESE	161	139	86,3%	81,3%	11	12	109,1%	7,0%	4	3	75,0%	1,8%	49	17	34,7%	9,9%	225	171	76,0%
ESCE	390	323	82,8%	65,4%	62	136	219,4%	27,5%	1	1	100,0%	0,2%	130	34	26,2%	6,9%	583	494	84,7%
ESTB	135	55	40,7%	43,7%	5	18	360,0%	14,3%	12	16	133,3%	12,7%	49	37	75,5%	29,4%	201	126	62,7%
ESS	117	108	92,3%	83,7%	4	4	100,0%	3,1%	-	-	-	-	16	17	106,3%	13,2%	137	129	94,2%
IPS	1184	778	65,7%	59,5%	101	234	231,7%	17,9%	45	150	333,3%	11,5%	382	146	38,2%	11,2%	1712	1308	76,4%

Tabela 4 – Preenchimento de Vagas 2015/2016 - Licenciaturas

Na ESE, ESCE e ESS os novos estudantes são provenientes, sobretudo, do CNA, com percentagens de inscritos respetivamente de 81,3%, 65,4% e 83,7%, enquanto na ESTS e na ESTB a percentagem de inscritos por essa via reduz-se para menos de metade dos novos inscritos, com valores, respetivamente, de 39,4% e 43,7%. Destaca-se, ainda, o peso dos ingressos através dos M23 na ESTS (16,5%), na ESCE/IPS (27,5%) e na ESTB (14,3%), apresentando valores menos expressivos na ESE (7%) e na ESS (3,1%). Relativamente ao ingresso através dos titulares de CET verifica-se, no caso da ESTS, uma percentagem de cerca de 33,5% das novas admissões.

De referir que a exigência, desde o ano letivo de 2012/2013, da Matemática e da Físico-Química como provas de ingresso aos cursos de engenharia através do CNA (com exceção ao de Engenharia Informática e de Engenharia de Ambiente), muito provavelmente contribuiu para que os cursos de engenharia tenham vindo a apresentar dificuldades de captação de estudantes por essa via.

Constata-se alguma diversidade de perfis dos novos estudantes entre as escolas do IPS, todavia, em termos globais, com uma forte componente de “novos públicos”, designadamente os maiores de 23 anos e estudantes provenientes de cursos profissionais, o que exigirá um ajustamento das práticas e metodologias pedagógicas, bem como dos recursos e serviços.

1.4 Sucesso Académico

Para 2015, era objetivo global que a taxa de sobrevivência¹ das licenciaturas atingisse 65,0%, tendo-se alcançado 71,9%, verificando-se, assim, um crescimento muito significativo (10,6 p.p.) relativamente ao ano de 2014.

¹ Nº de diplomados relativamente ao nº de inscritos pela 1ª vez no ano letivo “n” anos antes (sendo n o número de anos correspondentes à duração do curso).

Na tabela seguinte é apresentada a evolução da taxa de sobrevivência nas licenciaturas, por escolas, verificando-se uma evolução positiva significativa na ESTS e uma redução na ESS, ainda que com resultados bastante positivos.

	2012/2013	2013/2014	2014/2015
EST Setúbal	55,0%	55,3%	80,3%
ESE	71,6%	61,2%	63,6%
ESCE	55,2%	57,4%	70,2%
EST Barreiro	65,1%	50,0%	62,9%
ESS	84,3%	106,6%	83,8%
IPS	61,0%	61,3%	71,9%

Tabela 5 – Evolução da taxa de sobrevivência nas licenciaturas no IPS

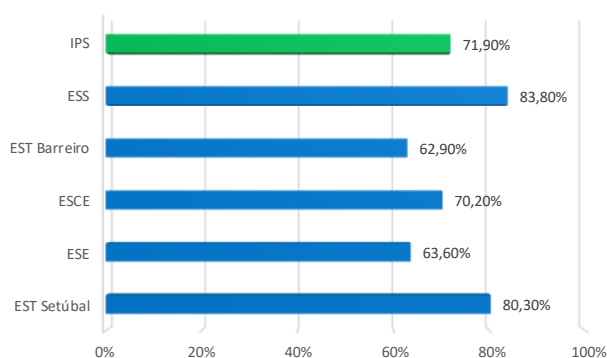


Figura 4 – Taxa de sobrevivência nas licenciaturas – 2014/2015

Para os resultados obtidos, muito provavelmente contribuiu o Programa de Apoio aos Estudantes Finalistas, a organização de um conjunto de Seminários dirigidos aos docentes com especialistas diversos, bem como seminários dirigidos aos estudantes relacionados com a gestão do tempo ou métodos de estudos, promovidos pelo IPS e pelas escolas.

No quadro seguinte são apresentadas as licenciaturas com as taxas de sobrevivência mais baixas, por escola.

CURSO DE LICENCIATURA	Taxa de sobreviv. 2013/2014	Taxa de sobreviv. 2014/2015
Engenharia de Automação, Controlo e Instrumentação	48,6%	76,9%
Engenharia Informática	48,0%	33,3%
Tecnologia e Gestão Industrial noturno	74,1%	53,1%
Total EST Setúbal	55,3%	80,3%
Comunicação Social	53,8%	58,3%
Desporto	59,5%	55,6%
Educação Básica	69,4%	61,7%
Total ESE	61,2%	63,6%
Gestão da Distribuição e da Logística pós-laboral	50,9%	40,0%
Gestão de Recursos Humanos pós-laboral	25,0%	42,9%
Marketing	61,6%	64,1%
Total ESCE	57,4%	70,2%
Engenharia Civil noturno	33,3%	41,7%
Engenharia Química	19,4%	43,6%
Gestão da Construção noturno	55,0%	30,0%
Total EST Barreiro	50,0%	62,9%
Fisioterapia	111,6%	75,6%
Total ESS	106,6%	83,8%

Tabela 6 – Evolução da taxa de sobrevivência nos cursos mais problemáticos

Relativamente aos mestrados constata-se, em 2015, uma diminuição de cerca de 11% do número de diplomados (de 238 para 211), essencialmente resultado de uma diminuição de diplomados na ESCE (de 78 para 62) e na ESS (de 73 para 50).

Conforme referido na generalidade dos relatórios dos cursos de mestrado, mantém-se, assim, a constatação de uma dificuldade de conclusão dos mestrados, sobretudo pelo elevado número de estudantes trabalhadores, que torna difícil a conciliação entre a família, o trabalho e o estudo, para além de vários estudantes terem apenas como objetivo a obtenção do diploma correspondente à aprovação na parte curricular dos cursos.

A implementação de medidas ativas de combate ao abandono escolar, conforme preconizado nos objetivos do IPS para 2015, foi concretizada através do Programa de prevenção do abandono escolar, em que, após identificação dos casos de abandono se procedeu ao contacto direto, através dos Serviços de Ação Social, no sentido de encontrar soluções para o regresso. Também ao nível do abandono escolar, têm sido identificadas e monitorizadas, pela Divisão Académica (DA), as situações de abandono do percurso académico por parte dos estudantes.

Constata-se uma tendência de melhoria nos últimos anos ao nível do sucesso escolar. Todavia e tal como assumido que as questões do insucesso académico têm uma maior relevância estratégica e visibilidade nas várias escolas do IPS, considera-se que se deverá dar continuidade e reforçar as ações de combate ao abandono e insucesso escolar, identificando as UC problema e implementando as respetivas medidas de melhoria, por via de uma significativa monitorização através dos serviços académicos, da ação social, bem como através das reflexões resultantes dos Relatórios de UC, Relatórios de Monitorização dos Cursos e das Escolas e, sobretudo, por novas práticas e metodologias pedagógicas.

1.5 Inserção profissional dos diplomados

Tendo por base o número de diplomados inscritos nos centros de emprego, o IPS apresentava em dezembro de 2014 uma taxa global de desemprego na ordem dos 9,9%, (considerando os licenciados entre 2009/2010 e 2012/2013), colocando-o na segunda posição, sendo apenas superado pelo IPLisboa, no campo dos politécnicos públicos.

Como suporte e apoio à empregabilidade dos seus diplomados, o IPS criou o Serviço de Promoção da Empregabilidade (SPE-IPS), com o principal objetivo de promover políticas e ações que fomentem a integração profissional dos seus diplomados no mercado de trabalho, preparando-os para os diversos desafios, quer na procura de emprego por conta de outrem, quer na criação do próprio emprego, bem como para a produção de estudos que permitam produzir informação estatística em termos de empregabilidade.

Foram realizados estudos de análise da situação profissional dos licenciados e mestres do ano letivo 2012/2013, bem como realizada em 2015 a 1.ª Edição da Semana da Empregabilidade (com o apoio da AAIPS) onde foram desenvolvidas diversas iniciativas, como *workshops* para apoio à construção de CV e simulação de entrevistas, seminários com a participação de oradores motivacionais e a Feira de Emprego do IPS.

Em outubro de 2015 foi lançada a Rede *alumniIPS* pretendendo-se, desta forma, facilitar o reencontro alargado de todos os diplomados do IPS e fomentar a sua aproximação às atividades de ensino, de investigação e culturais da instituição, através da realização de iniciativas de criação de redes gerais, temáticas e/ou específicas, maximizando-se, assim, as oportunidades de interação e de emprego.

Continua em funcionamento o Portal de Emprego do IPS que contava, no final de 2015, com o registo de 1500 utilizadores (que disponibilizaram o seu Curriculum Vitae atualizado), 500 empresas e a publicação de mais de 3400 vagas de emprego e/ou estágio profissional, exclusivas para os diplomados do IPS.

Também o GI.COM iniciou, em 2015, a implementação do *Student Relationship Management*, com o objetivo de realizar o acompanhamento do percurso dos estudantes, desde a sua atração até à sua inserção no mercado de trabalho.

Apesar de, em geral, o nível de empregabilidade dos diplomados do IPS ser, relativamente à média nacional, bastante satisfatório, considera-se importante dar continuidade e reforçar as ações e estruturas de apoio à empregabilidade, como forma de valorização da oferta formativa, mas, também, para contribuir para uma maior satisfação das partes interessadas, em especial dos diplomados e das organizações que os acolhem. Importa ainda reforçar os laços e fomentar as atividades com a rede alumni, recentemente criada.

2 PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

2.1 Investigação

No ano de 2015, o IPS encerrou 8 dos projetos em que participava (correspondente a um valor global de cerca de 90 mil euros de comparticipação) e apresentou 38 candidaturas aos vários programas de apoio, nacionais e internacionais (quando a meta era de 20) sendo de registar a aprovação de um projeto Horizonte 2020, coordenado pelo IPS e com um valor global de aproximadamente 4,3 milhões de euros.

A UAI&DE, para além da gestão financeira dos projetos em execução no ano de 2015, garantiu ainda apoio personalizado na elaboração e submissão de projetos aos docentes que o solicitaram ou que de alguma forma manifestaram essa intenção.

Em termos de produção técnico-científica, em 2015, assistiu-se a um crescimento, tendo por base os registos na Plataforma DeGóis, que aumentou 32,8% (quando a meta era de 10%), considerando a publicação de textos em jornais ou revistas, bem como outros tipos de produção científica e técnica.

No quadro seguinte é apresentada a evolução da produção científica.

	2013	2014	2015
Capítulos em livros	21	11	19
Livros	12	14	7
Artigos técnico-científicos em revistas	76	80	91
Artigos técnico-científicos publicados em atas de reuniões	154	100	99
Total	263	205	216

Tabela 7 – Evolução da produção científica

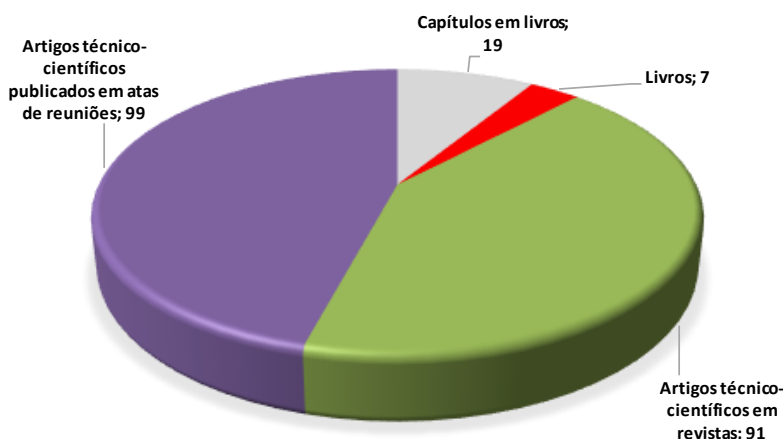


Figura 5 – Produção Técnico-Científica em 2015

Da produção científica realizada, o número de publicações científicas com revisão por pares aumentou 10,1% (quando a meta era de 10%), registando-se, em 2015, 197 publicações.

O número de documentos disponibilizados no Repositório do IPS aumentou 44,2% (quando a meta era de 50%), tendo sido disponibilizados em 2015 cerca de 450 documentos.

A participação de docentes em eventos de divulgação da atividade científica que contribuem para a criação de redes de investigação em simultâneo com a obtenção de *feedback* dos seus trabalhos, registou, em 2015, um crescimento, envolvendo um total de 63 docentes.

	2013	2014	2015
Apoio financeiro concedido	50 881,00€	41.850,46	55.070,70€
Número de docentes apoiados	67	59	63

Tabela 8 – Evolução das bolsas de curta duração

No âmbito do Regulamento dos Centros de Investigação e Prestação de Serviços do IPS, em 2015 foi homologado um centro de investigação na ESE, atingindo-se, assim, o objetivo estabelecido.

Apesar de se ter registado uma evolução favorável ao nível da investigação (somente um dos indicadores ficou abaixo do previsto), mas tendo em conta uma tendência para uma maior focalização neste tipo de atividades no âmbito da avaliação das instituições do ensino superior, considera-se que se deverá dar continuidade e reforçar as ações e estruturas de apoio à produção e divulgação científica, em particular nas áreas associadas aos cursos, bem como promover a ligação a redes nacionais e internacionais e dinamizar novos centros internos de investigação, no sentido de aumentar, sobretudo, a participação em projetos de investigação internacionais.

2.2 Empreendedorismo

Em março 2015, o IPS constituiu formalmente uma incubadora de ideias de negócio – *IPStartUp* - à qual foram associadas instalações físicas nos dois *campi*, com disponibilidade para 14 postos de trabalho, bem como foi assegurada uma rede de mentores internos das mais diversas áreas de especialidade e o apoio permanente por uma técnica superior especializada nas áreas do empreendedorismo e da gestão.

No âmbito do apoio à Inovação e Empreendedorismo, a UAI&DE dinamizou o *Poliempreende*, a Incubadora de ideias de negócio, o projeto “Empreender Social” e realizou diversos workshops.

Com o objetivo de intensificar os mecanismos de apoio à criação de empresas, transferência de tecnologia e promoção de competências empreendedoras, foram desenvolvidas diversas ações, designadamente:

- Foram incubadas 5 ideias de negócio (quando a meta era 4) que contaram com o apoio, acompanhamento e disponibilização do espaço físico da “*IPStartUP*”;
- Foram submetidos ao Concurso *Poliempreende* 3 planos de negócio (quando a meta era 12), resultantes de 25 ideias apresentadas e que envolveram 65 participantes;
- Foram prestadas 114 horas consultoria/tutoria a ideias/projetos empresariais (quando a meta eram 100 horas);
- Foram realizados 4 eventos internos de promoção do empreendedorismo (quando a meta eram 10).

No âmbito do apoio ao empreendedorismo e à criação de empresas, constata-se um bom empenho do IPS e, embora com o registo de alguns resultados satisfatórios (somente dois dos indicadores definidos ficaram abaixo do previsto - planos de negócio submetidos ao Poliempreende e eventos de promoção do empreendedorismo), considera-se que se deverá dar continuidade e reforçar as ações e estruturas de apoio como forma de valorização da missão institucional do IPS, contribuindo, também, para o desenvolvimento regional e para uma maior satisfação das partes interessadas, em especial dos seus diplomados.

3 COMUNIDADE ABERTA E INTERNACIONALIZAÇÃO

3.1 Ligação à Envólvente

Para além do relacionamento existente com as organizações da envolvente próxima ao nível dos cursos (estágios, aulas abertas, seminários), o IPS tem vindo a fazer parte ativa de várias redes empresariais e não empresariais da região de Setúbal e a reforçar a interligação com as instituições do poder local, nomeadamente os municípios, desenvolvendo ações no âmbito de protocolos ou outros acordos estabelecidos.

Com o objetivo de potenciar uma rede de contactos privilegiados com empresas, instituições, entidades públicas e financiadores, dinamizando encontros empresariais temáticos que permitam lançar/desenvolver projetos, em 2015 o IPS lançou o projeto IN2SET – interface colaborativo para a

inovação e desenvolvimento da Península de Setúbal – que é atualmente constituído por 8 grupos de trabalho temáticos e integra, como membros, 29 entidades da região, provenientes dos setores económicos, social e ambiental (empresas, entidades municipais, associações e outras instituições).

Em 2015, foram também prestados serviços à comunidade, num valor total de cerca de 230 mil euros, a que correspondeu uma diminuição de cerca de 1,6% relativamente a 2014, (quando a meta era de um aumento de 20%), decorrente, essencialmente, da dificuldade de cobrança de serviços prestados, mas também por questões contabilísticas, o que não permitiu considerar, nesta rubrica, cerca de 73 mil euros decorrentes da contratualização com o IEFPP, da reconversão profissional de 100 licenciados, no âmbito da Medida Ativa.

Com o objetivo de promover a oferta formativa e sensibilizar os estudantes para a importância da formação superior, o IPS, em 2015, reforçou a sua ligação às escolas secundárias e profissionais, através da constituição de uma Rede de Escolas Profissionais e Secundárias da Península de Setúbal e Litoral Alentejano, com a qual se pretende articular o ensino ministrado na região, por forma a construir uma fileira formativa, desde o nível 4 até ao nível 6.

Como se pode constatar na tabela seguinte, verificou-se um crescimento significativo nas ações de itinerância, verificando-se, todavia, uma acentuada diminuição no acolhimento de visitas de escolas aos *campi* do IPS. Esta diminuição está, em larga medida, associada a uma alteração de funcionamento das escolas secundárias e profissionais, que têm vindo a privilegiar atividades nos seus espaços em detrimento das deslocações ao exterior.

	2013	2014	2015
Número de escolas recebidas no IPS	30	22	11
Número de estudantes recebidos no IPS	964	915	873
Itinerância (escolas secundárias e feiras vocacionais)	23	39	63

Tabela 9 – Iniciativas e participação de estudantes de Escolas Secundárias/Profissionais

Para a divulgação da oferta formativa, foram também implementadas campanhas customizadas de divulgação ao nível dos CTESP, licenciaturas, formação avançada e maiores de 23 anos, com especial incidência nos meios *online*. Para captação de estudantes internacionais foi produzido um spot publicitário para transmissão na RTP Africa e RTP Informação.

Para além das visitas às escolas, destaca-se a organização das seguintes iniciativas:

- Semana da Ciência e Tecnologia;
- 2.ª edição da “*IPStartUp Week*”, uma academia de verão para promover o empreendedorismo juvenil;
- 5.ª edição do “*IPS Junior Challenge*”, concurso anual de ideias de negócio destinado aos alunos do ensino secundário e profissional de todo o país. Em 2015 participaram 136 alunos, tendo estado inscritos 39 grupos e 7 escolas;
- Participação em eventos e feiras de educação, com especial destaque para o evento nacional “*Futurália*”. A nível regional destaca-se a participação no “Há Festa no Parque” e na “*Feira de Sant’iago*”, organizados pela Câmara Municipal de Setúbal.

Tendo em consideração a boa experiência dos anos anteriores deu-se continuidade à parceria estabelecida com a *Forum Estudante* e com a Associação “*Inspiring Future*” no sentido de garantir uma maior aproximação com o público mais jovem.

Com o objetivo de reforçar a visibilidade do IPS, em 2015, registaram-se 76 participações em eventos externos (em 2014 tinham-se registado 39 participações).

Quanto à visibilidade do IPS nos meios de comunicação e nas plataformas digitais, há a referir:

- 12.078 seguidores no *Facebook* (um aumento em cerca de 30% relativamente a 2014);
- A manutenção no 22º *Ranking Web*;
- 242 artigos publicados em jornais nacionais - referências CISION (a que correspondeu uma ligeira diminuição de 6%, relativamente a 2014).

Ao nível do relacionamento com a comunidade envolvente, foram realizadas várias iniciativas, com resultados bastante positivos. No entanto também se verificou que existem indicadores que ficaram a baixo daquilo que estava planeado/previsto, tais como o valor da prestação de serviços à comunidade e a ligeira diminuição de artigos publicados em jornais nacionais. Assim, haverá que dar continuidade às ações desenvolvidas e, se possível, reforçar, em particular as associadas a projetos e prestação de serviços, como forma de valorização da missão institucional do IPS no que respeita às suas atividades de formação e contribuição para o desenvolvimento regional, bem como para o reforço da visibilidade do IPS.

3.2 Internacionalização

Em 2015, no âmbito da mobilidade internacional, registou-se o envolvimento de 304 estudantes, 91 docentes e 20 não docentes, conforme apresentado na tabela seguinte, onde se constata, relativamente a 2014, uma redução de cerca de 25% na participação de estudantes, docentes e não docentes nos vários programas utilizados, bem como um ligeiro decréscimo no número de participantes na Semana Internacional anualmente organizada pelo IPS, que contou, em 2014/2015, com 963 participantes.

	2012/2013	2013/2014	2014/2015
ESTUDANTES			
Estudantes <i>outgoing</i>	108	97	97
Estudantes <i>incoming</i>	312	322	207
PESSOAL DOCENTE			
Docentes <i>outgoing</i>	44	51	42
Docentes <i>incoming</i>	83	70	49
PESSOAL NÃO DOCENTE			
Não Docentes <i>outgoing</i>	4	7	12
Não Docentes <i>incoming</i>	11	13	8
Mobilidade Global	562	560	415
Semana Internacional do IPS	908	1061	963

Tabela 10 – Evolução da mobilidade internacional

Em 2014/2015 ocorreu uma alteração dos programas e tipologias de projetos europeus, o que afetou sobretudo os Programas Intensivos e a Mobilidade Leonardo da Vinci. Até 2014, estas duas tipologias de projetos/mobilidade estavam integradas no Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida. Com a entrada em vigor do novo programa Erasmus+, as anteriores tipologias e programas setoriais desapareceram nos moldes que existiam até então, deixando de existir financiamento europeu para os Programas Intensivos (a ESS por exemplo, continuou a participar em algumas ações mas com autofinanciamento) e a mobilidade com base nas Parcerias Leonardo da Vinci acabou por desaparecer enquanto tal, tendo uma parte sido integrada na Ação-chave 1 do Erasmus+ Mobilidade de Indivíduos.

Dos 11 projetos submetidos à Ação Chave do Programa Erasmus+ (quando o objetivo para 2015 era de 5 projetos) há a referir a aprovação de dois novos projetos de Parcerias Estratégicas, na ESE e na ESS e a continuação da implementação do projeto 2 *Young to Fail*.

Ao nível da frequência nos cursos do IPS de estudantes estrangeiros, em que se encontravam inscritos, em 2014/2015, 437 estudantes, constatou-se uma diminuição de 30% (quando a meta era de aumentar 5%), sobretudo de nacionalidade brasileira (menos 37%) e angolana (menos 10%), muito provavelmente fruto da situação económica vivida em ambos os países.

Apesar de em 2015 ter decrescido o número de estudantes, docentes e colaboradores não docentes em mobilidade internacional, bem como de estudantes estrangeiros inscritos no IPS, sublinha-se a implementação de um conjunto de iniciativas a que se deverá dar continuidade, tendo em vista o reforço das redes internacionais e o aumento do número de parceiros.

4 GOVERNAÇÃO

4.1 Gestão

Para além da gestão correspondente ao funcionamento normal de toda a atividade do IPS e das suas unidades orgânicas, há a salientar os trabalhos desenvolvidos no âmbito da elaboração do Plano Estratégico do IPS, do desenvolvimento do sistema interno de garantia da qualidade e do envolvimento do IPS e das suas várias estruturas relativamente a ações no âmbito da Responsabilidade Social.

Após reuniões efetuadas com os órgãos representativos das diversas unidades orgânicas do IPS, com entidades representativas da comunidade externa e da disponibilização de uma versão para discussão pública, foi revista uma versão final do Plano Estratégico do IPS (PEDIPS) para aprovação em Conselho Geral (concretizada em maio de 2016).

Durante o ano de 2015 procedeu-se a uma revisão do sistema Interno da garantia da qualidade, denominado por Sistema Integrado de Gestão e de Garantia da Qualidade (SIGGQ), procurando adequá-lo ao contexto institucional, tendo, para o efeito, sido efetuada várias reuniões com o Núcleo do Sistema de Gestão da Qualidade da UNIQUA e auscultadas as Unidades de Melhoria Contínua das Escolas, dos Serviços Centrais e dos Serviços de Ação Social. Tais desenvolvimentos permitiram a elaboração e

promulgação da primeira versão do Manual da Qualidade do IPS e a sua disponibilização pública, em dezembro de 2015.

Dando continuidade à missão do IPS Solidário - *Tornar o IPS mais sustentável e contribuir para a tomada de consciência da importância de ser solidário* - ao longo de 2015 foram desenvolvidas 28 ações de responsabilidade social e voluntariado, algumas das quais na sequência de projetos já iniciados em 2014, com o apoio das diversas escolas do IPS e da AAIPS e que se traduziu num incremento de cerca de 130%.

A concretização do Plano Estratégico do IPS, em que foram estabelecidas de forma consensualizada as linhas de desenvolvimento do IPS e das unidades orgânicas, enquanto documento orientador estratégico, permite enquadrar e gerar planos de atividades anuais do IPS e das unidades orgânicas, os quais deverão, de forma sistemática, serem objeto de monitorização e avaliação.

À concretização estruturada do SIGGQ, dever-se-á dar seguimento a um aprofundamento da implementação dos requisitos estabelecidos no Manual da Qualidade, como condição necessária para a sua certificação pela A3ES.

Como forma de valorização da missão institucional do IPS bem como para o reforço da sua visibilidade, deverá dar-se continuidade às iniciativas associadas à Responsabilidade Social.

4.2 Desenvolvimento dos Recursos Humanos

4.2.1 Colaboradores Docentes

Em termos globais, o número de docentes (ETI) ao serviço do IPS teve um ligeiro decréscimo (cerca de 2%), apesar do aumento registado do número de docentes (em 2014 existiam 467 docentes e em 2015 esse número subiu para 485).

No que se refere à distribuição por categorias, em 2015 registou-se uma diminuição de cerca de 9% no número de docentes na categoria de Equiparado a Professor Adjunto/Professor Adjunto Convocado, o que se refletiu no aumento (de cerca de 8,5%) do número de docentes na categoria de Professor Adjunto, registando-se um crescimento na contratação de docentes Assistentes Convocados.

	Prof. Coord. Principal	Prof. Coord.	Prof. Adjunto	Prof. Coord. Convocado	Equip. Adj./Prof. Adjunto Conv.	Assist./Equip. Ass./Ass. Conv.	Assist. CIT	Req.	Total
2013	2	42	158	1	94	201	0	2	500
2014	2	40	166	0	91	165	2	1	467
2015	2	37	180	0	83	180	2	1	485

Tabela 11 – Categorias profissionais do pessoal docente 2013-2015

Relativamente à qualificação do corpo docente – fundamental, quer pelo aumento de qualificações que acrescenta, quer pela relevância dos graus para a obtenção de acreditação dos cursos junto da A3ES – e

sobre a qual o IPS tem desenvolvido várias ações e programas de apoio, verificou-se em 2015, um aumento global do número de doutores (9,3%), correspondendo a um aumento em todas as escolas com exceção da ESS que se manteve.

Tal situação contribuiu para uma evolução favorável dos docentes doutorados ETI em todas as escolas do IPS, registando-se um crescimento, ao nível do IPS, de 4,8%, mantendo-se a tendência de crescimento nos últimos anos.

	2013	2014	2015
EST Setúbal	44,7%	48,4%	55,2%
ESE	45,3%	53,6%	58,5%
ESCE	32,3%	37,8%	40,0%
EST Barreiro	47,2%	59,9%	67,5%
ESS	28,7%	30,8%	34,2%
IPS	39,6%	45,1%	49,9%

Tabela 12 – Evolução da % de ETI doutorados

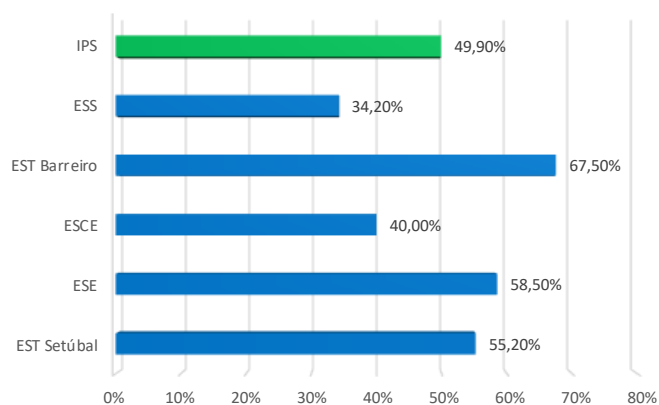


Figura 6 – % de ETI doutorados em 2015

Quanto à evolução dos docentes doutorados a tempo integral, constata-se, ao nível do IPS, um crescimento de 7,5%, com maior expressão na EST Setúbal e na EST Barreiro, onde este crescimento foi de cerca de 10%. Em termos de docentes de carreira doutorados, o crescimento no IPS situou-se nos 2,8%.

	Docentes Tempo Integral Doutorados			Docentes de Carreira Doutorados		
	2013	2014	2015	2012	2013	2015
EST Setúbal	47,5%	51,5%	61,3%	79,8%	80,2%	81,6%
ESE	48,2%	56,6%	62,7%	62,9%	71,4%	71,8%
ESCE	44,3%	50,0%	56,1%	67,4%	71,4%	77,1%
EST Barreiro	51,9%	62,5%	72,7%	61,5%	68,8%	70,6%
ESS	38,1%	40,0%	43,6%	51,9%	51,9%	57,1%
IPS	46,1%	51,4%	58,9%	69,0%	72,1%	74,9%

Tabela 13 – % de docentes a tempo integral, de carreira, com grau de doutor

Relativamente a detentores do Título de Especialista, o número é ainda reduzido, apesar de em 2015 se ter registado um crescimento de cerca de 28%. No universo de docentes ETI, os docentes com o Título de Especialista representavam 11,2% em 2015.

	2013		2014		2015	
	N.º	ETI	N.º	ETI	N.º	ETI
EST Setúbal	4	2,80	5	3,80	7	5,80
ESE	3	2,15	2	2,00	8	5,85
ESCE	4	2,40	9	5,05	13	7,25
EST Barreiro	5	3,55	4	1,85	4	1,85
ESS	15	13,70	24	19,00	29	20,90
IPS	31	24,60	44	31,70	61	41,65

Tabela 14 – Evolução do número de detentores, e respetivo ETI, do Título de Especialista 2013-2015

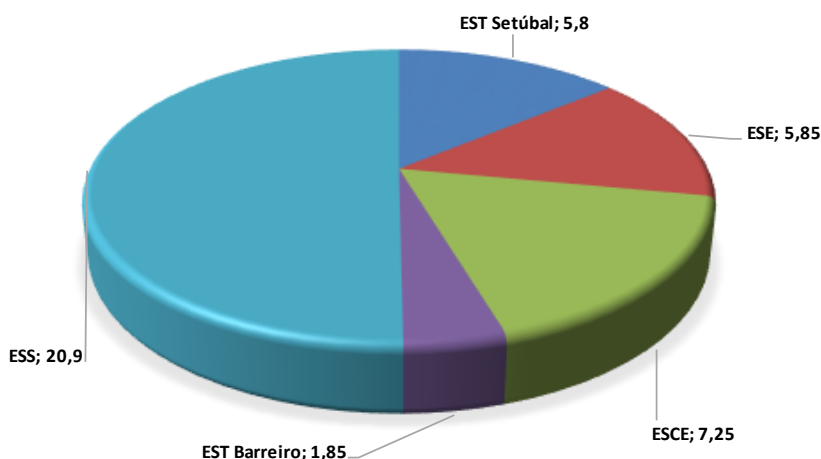


Figura 7 – Número de ETI Especialistas em 2015

No âmbito da formação pedagógica, foram desenvolvidas algumas ações de *Problem-based learning* (PBL) e em plataformas *e-learning*, que envolveram cerca de 40 docentes.

Foi, também, dado início a um programa de formação em inglês, através de um curso *online*, personalizável, com diagnóstico inicial e monitorizado individualmente, em que, numa primeira fase, participaram cerca de 80 docentes.

Apesar da melhoria do nível de qualificação do corpo docente nos últimos anos, considera-se que se deverá dar continuidade e reforçar as ações e formas de apoio implementadas. Também se considera que se deverão reforçar as ações de formação no âmbito das atividades pedagógicas, tendo em vista o desenvolvimento de novas práticas e metodologias.

4.2.2 Colaboradores não Docentes

Relativamente ao pessoal não docente, o IPS empregava, no final de 2015, 152 trabalhadores, sendo que cerca de 54% trabalhava nos Serviços Centrais. Cerca de 93% detinham contrato de trabalho por tempo indeterminado

Deste universo, 19,7% encontram-se integrados na categoria de técnico superior, 49,4% na categoria de assistente técnico (incluindo a categoria de coordenador técnico) e 15,8% na categoria de assistente operacional. A carreira de especialista e técnico de informática representa 9,8% dos trabalhadores não docentes, sendo que o pessoal dirigente representa 5,4% do total do pessoal não docente.

	2013		2014		2015	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Presidente e Vice-Presidentes					3	2,0%
Administrador	1	0,6%	1	0,7%	1	0,7%
Chefe de Divisão	3	1,9%	3	2,0%	3	2,0%
Coordenador 4.º Grau	1	0,6%	1	0,7%	1	0,7%
Técnico Superior	35	21,6%	33	21,6%	30	19,7%
Especialista Informático	14	8,6%	14	9,1%	13	8,5%
Técnico Informática	2	1,2%	2	1,3%	2	1,3%
Coordenador Técnico	1	0,6%	1	0,7%	1	0,7%
Assistente Técnico	76	46,9%	72	47,0%	74	48,7%
Assistente Operacional	29	17,9%	26	16,9%	24	15,8%
Total	162		153		152	

Tabela 15 – Distribuição do pessoal não docente por categoria profissional 2013-2015

No que respeita ao nível habilitacional do pessoal não docente, verifica-se uma ligeira subida do número de mestres. Cerca de 44% dos trabalhadores possui habilitação de nível superior, 46,6% estudou entre 9 a 12 anos e 9,9% possui uma escolaridade inferior a 9 anos.

	2013		2014		2015	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Doutor					3	2,0%
Mestre	7	4,3%	8	5,2%	11	7,2%
Licenciado	56	34,6%	52	34,0%	49	32,3%
Bacharel	5	3,1%	3	1,9%	3	2,0%
12.º ano	50	30,9%	50	32,7%	49	32,2%
11.º ano	14	8,6%	13	8,5%	11	7,2%
9.º ano	11	6,8%	9	5,9%	11	7,2%
Menos 9.º ano	19	11,7%	18	11,8%	15	9,9%

Tabela 16 – Distribuição do pessoal não docente, por qualificação 2013-2015

Em 2015, foram efetuadas diversas ações de formação profissional, com uma taxa de participação de cerca de 95% (quando a meta era de 75%), superior em 40% relativamente ao ano anterior, num total de 3596 horas (em 2014 registaram-se 2316 horas).

	2013	2014	2015
N.º Não Docentes que participaram em ações de formação	58	84	143
% Não Docentes que participaram em ações de formação	35,8%	54,9%	94,1%
N.º horas despendidas em ações de formação	908	2.316	3.596
Média de horas de formação despendidas por não docente	6,0	15,1	23,7
N.º de ações de formação	39	48	60
N.º de ações de formação por não docente	0,2	0,3	0,4

Tabela 17 – Participação do pessoal não docente em formação profissional 2013-2015

Em 2015 foi encerrado o processo de avaliação dos colaboradores não docentes, bem como identificadas as competências e os objetivos para o próximo biénio.

De referir, ainda;

- A implementação do Programa DESENVOLVER+, apostando, deste modo, em atividades que promovem o desenvolvimento dos recursos humanos (Desenvolvimento de Competências, Reconhecimento e Mérito, Bem-Estar e Participação dos trabalhadores no IPS);
- A participação de cerca de 20 colaboradores no programa de formação em inglês (referido em 4.2.1);

- A realização de um estudo sobre o clima organizacional e o desenvolvimento do capital humano, que procurou medir, entre outras dimensões de análise, o grau de satisfação dos colaboradores com o trabalho no IPS;
- A realização de 29 atividades culturais (quando a meta era 4) nas diferentes escolas do IPS.

Constata-se a existência de um corpo não docente qualificado e o registo de várias ações para o seu desenvolvimento, a que se deverá dar continuidade e, se possível, reforçar.

4.3 Infraestruturas e Equipamentos

No ano de 2015 foi efetuado um investimento relevante na melhoria de algumas infraestruturas, nomeadamente, na reparação de parte das fachadas e na construção do laboratório de mobilidade e conclusão do reequipamento do laboratório de Engenharia Eletrotécnica, da ESTS.

Foram ainda desenvolvidos os trabalhos que possibilitarão o lançamento de empreitadas, no ano de 2016, do arranjo das coberturas da ESE, arranjo das instalações do Edifício Sede (coberturas) e a reorganização dos espaços exteriores do campus de Setúbal.

Ao nível dos equipamentos, há a referir:

Na Divisão Informática

- A implementação de um serviço de impressão, digitalização e de fotocópia, harmonizado para ambos os *campi* do IPS;
- Os trabalhos de reestruturação do *Active Directory*, que irão possibilitar um melhor funcionamento das aplicações na rede IPS e a futura uniformização de autenticação nas aplicações disponibilizadas.

Na Divisão Académica

- A reorganização dos espaços de atendimento, melhorando as condições disponibilizadas aos estudantes;
- A disponibilização do módulo de candidaturas *online*, para todos os concursos de acesso a todas as formações;
- Os trabalhos preparatórios conducentes à disponibilização do módulo de certidões e diplomas, de forma a reduzir o número de atendimentos presenciais;
- A melhoria das condições de resposta aos telefonemas e correio eletrónico.

Constata-se um esforço no sentido de que as instalações, equipamentos gerais e laboratoriais e restantes recursos materiais, se mantenham adequados e por forma a garantir boas condições de funcionamento e utilização, bem como para a promoção da melhoria permanente das condições de trabalho, desde os correspondentes ao funcionamento da componente letiva (salas de aula e laboratórios) até ao funcionamento administrativo e de apoio, a que se deverá dar continuidade e, se possível, reforçar.

4.4 Provedoria do Estudante

Na sequência do *terminus* do mandato do anterior Provedor, em fevereiro de 2015 tomou posse a atual Provedora do Estudante.

Tendo presente a inexistência de ação de um provedor ao longo dos 35 anos de vida do IPS, será natural considerar (como referido no relatório da Sr.ª Provedora) algumas dificuldades de compreensão e de afirmação da ação deste órgão, o que conduziu à necessidade do desenvolvimento de uma consciência da sua utilidade ou mesmo da sua necessidade.

Para este feito, foram definidos diversos objetivos, designadamente e entre outros: tornar visível a figura de provedor; estabelecer contacto com os provedores das outras instituições de ensino superior; consensualizar no IPS o papel e as funções de Provedor do Estudante; contactar com órgãos e serviços do IPS para fins de diagnóstico de problemas e de questões a abordar e para articulação de trabalho.

Foram, ainda, efetuadas outras ações, designadamente: a reformulação da área do Portal do IPS dedicada ao provedor; criação de instrumentos para a interação entre a comunidade, nomeadamente os estudantes, e a Provedora; elaboração do Regulamento do Provedor do Estudante do IPS.

Tendo em vista a elaboração de diagnósticos de situações problemáticas e a abordagem de questões de interesse comum, conducentes a ações articuladas, foram realizadas diversas Reuniões com os Presidentes dos Conselhos Pedagógicos, direções das Escolas, AAIPS e SAS.

Nos contactos com a Provedora, apenas 37,7% dos estudantes utilizaram o formulário eletrónico, tendo os restantes utilizado o *e-mail* da Provedora.

Os casos apresentados à Provedora, num total de 45, incluíram não só queixas ou reclamações, mas também pedidos de informação e pedidos de apoio.

A maioria dos casos (44%) foi do foro académico-administrativo, logo seguida pelos do foro pedagógico (38%). Os casos associados à Ação Social Escolar e os classificados como outros, tiveram cada uma igual percentagem (9%).

As escolas com maior número de casos foram a ESCE (33%) e a ESTB (31%) e a escola com menor número de casos (2%) foi a ESE.

Enquanto os pedidos de informação ou apoio constituíram 56% das exposições, 44% consistiram em queixas ou reclamações.

Para o tratamento dos casos, privilegiou-se o contacto direto com os vários intervenientes e responsáveis pelas áreas em questão, o que se revelou adequado e eficaz, uma vez que da parte de toda a comunidade, órgãos, serviços e AAIPS, foi evidente o espírito de colaboração e a genuína vontade de resolver os problemas detetados pelos estudantes.

Foi, assim, possível não só encontrar soluções para a maioria dos casos apresentados, mas também, quando tal não se verificou, analisar a possibilidade de proceder a alterações futuras nos procedimentos e regulamentos em vigor.

Neste sentido, foram propostas algumas alterações, como a seguir se especifica:

Regulamentos do IPS

- Foi reconhecida a necessidade de todos os regulamentos remeterem explicitamente para a legislação enquadradora, por forma a não transmitirem a ideia de arbitrariedade institucional.

Regulamento de inscrição e propinas

- Foi decidido introduzir uma especificação informando que a inscrição *online* só é válida após o pagamento da respetiva taxa no prazo regulamentar. Foi também decidido emitir um aviso aos estudantes nesse sentido, juntamente com o comprovativo da inscrição.

Transição de ano para efeitos de atribuição de bolsa SAS

- Foi analisada a possibilidade de estender o atual programa para estudantes finalistas, de forma a incluir os candidatos a bolseiros a quem falta um número reduzido dos ECTS requeridos para acesso à bolsa. Esta norma irá permitir-lhes fazer exames na época especial e, em caso de sucesso, a manutenção da bolsa.

Apesar do início efetivo da atividade do Provedor do Estudante, constata-se a sua utilização por parte dos estudantes, bem como um efetivo empenhamento por parte dos órgãos do IPS na resolução dos problemas identificados. Apesar do número de casos apresentados à Provedora ser reduzido (45) e da maioria das exposições dos estudantes (56%) corresponderem a pedidos de informação ou apoio e não a queixas, considera-se que, para além da disponibilidade institucional para a resolução de problemas apresentados pelos estudantes, a existência e funcionamento pleno deste órgão contribuirá para manter e reforçar no IPS uma boa plataforma comunicacional com os estudantes e, também para o desenvolvimento organizacional do IPS.

5 SIGGQ

5.1 Considerações Gerais

Conforme referido anteriormente, durante o ano de 2015 procedeu-se a uma revisão do sistema Interno da garantia da qualidade, denominado por Sistema Integrado de Gestão e de Garantia da Qualidade (SIGGQ), procurando adequá-lo ao contexto institucional, tendo-se estabelecido, após várias reuniões com o Núcleo do Sistema de Gestão da Qualidade da UNIQUA e auscultadas as Unidades de Melhoria Contínua das Escolas, dos Serviços Centrais e dos Serviços de Ação Social, diversos processos.

Tais desenvolvimentos permitiram a elaboração e promulgação do Manual da Qualidade do IPS e a sua disponibilização pública. Foram, ainda, realizadas sessões de apresentação dos referenciais da A3ES à comunidade IPS.

Enquadradas com o SIGGQ, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Implementação do Procedimento das Ações de Melhoria;
- Desenvolvimento de um novo modelo de Relatório de Unidade Curricular e implementação do mesmo, em articulação com o SI;
- Desenvolvimento e implementação, em articulação com o SI, do Relatório de Escola;
- Articulação com o SI na implementação dos inquéritos pedagógicos;
- Relatórios de Monitorização dos Cursos: foram realizados os relatórios de curso relativos ao ano letivo 2013/2014.

Também, como já referido, foi revista uma versão final do Plano Estratégico do IPS (PEDIPS) para aprovação em Conselho Geral - que se concretizou em maio de 2016 – e que contempla, para além do estabelecimento de linhas de desenvolvimento organizacional e objetivos, uma nova declaração de Missão, Visão e Valores.

Em maio de 2015, foram introduzidas algumas alterações nas *European Standards and Guidelines* encontrando-se aprovada a nova versão ESG2015, colocando às instituições do ensino superior a necessidade de adaptação dos seus sistemas internos de garantia da qualidade aos novos padrões, requerendo especial atenção:

- A necessidade de articular a garantia da qualidade com a gestão estratégica institucional;
- Assegurar a integridade académica e a vigilância contra a fraude académica e contra qualquer forma de intolerância ou discriminação em relação a estudantes ou pessoal docente e não-docente;
- A capacidade dos sistemas internos de garantia da qualidade gerarem informação que seja útil e importante tanto para os mecanismos internos de tomada de decisão como para as partes interessadas externas, fornecendo uma visão abrangente e objetiva sobre as atividades institucionais.
- A ênfase colocada na garantia da qualidade das aprendizagens (*student experience*) e no sucesso educativo, com a tomada de medidas adequadas para a melhoria da capacitação do pessoal docente e para a eficácia da ação dos serviços de apoio aos estudantes e às aprendizagens;
- A forma como as instituições lidam com a “Conceção e aprovação de programas” e “ensino, aprendizagem e avaliação centrados no estudante”, que necessitará de um “olhar” em profundidade não só para o modo de conceção e funcionamento dos programas, mas ainda para a forma de demonstrarem a avaliadores e partes interessadas externas que tomam efetivamente em consideração os variados aspetos cobertos por estes padrões, nomeadamente os objetivos de aprendizagem (*intended learning outcomes*);
- A necessidade das instituições demonstrarem que dispõem de mecanismos robustos de monitorização contínua e revisão periódica dos seus programas.

5.2 Implementação do SIGGQ

5.2.1 Definição e documentação da política institucional para a qualidade

Encontra-se formalmente aprovado o Sistema Integrado de Gestão e de Garantia da Qualidade (SIGGQ) e o Manual da Qualidade onde se encontram estabelecidos os objetivos, orientações, política e a estrutura da Qualidade com a indicação da sua constituição, competências e responsabilidades nos seus diferentes níveis de gestão.

O SIGGQ compreende, para além da estrutura central, a UNIQUA-IPS, sete estruturas locais da qualidade, designadas por Unidades de Melhoria Contínua (UMC) - uma em cada Escola, uma nos Serviços Centrais (SC) e outra nos Serviços de Ação Social (SAS) - a quem compete, entre outros, assegurar a implementação e divulgação da Política da Qualidade, bem como promover, coordenar e garantir a implementação do SIGGQ nos SC/UO/SAS.

Para além do Plano Estratégico do IPS, encontram-se estabelecidos os Planos e Relatórios de Atividades do IPS e das unidades orgânicas (que contemplam planos e ações de melhoria, objetivos e metas ao nível do ensino e aprendizagem, investigação, relações com o exterior, internacionalização, organização e recursos humanos, físicos e financeiros).

Para o desenvolvimento do sistema de garantia da qualidade, estão estabelecidas diversas formas de envolvimento dos estudantes e demais partes interessadas, internas e externas, havendo a salientar:

- Os Planos Estratégicos do IPS estão ancorados, para além dos diagnósticos, em recolhas de informação e opinião efetuadas junto da comunidade;
- Com o objetivo de adequar a oferta formativa às necessidades da envolvente, com empregabilidade e relevância social, encontram-se estabelecidos procedimentos para a participação ativa de partes interessadas da comunidade externa nas diferentes fases que caracterizam o ciclo de vida dos ciclos de estudo;
- Encontram-se implementados inquéritos de opinião junto dos estudantes, relativamente ao processo de ensino aprendizagem nas Unidades Curriculares e às atividades e recursos dos cursos, bem como aos diplomados;
- Para além da participação dos estudantes nos Serviços de Ação Social e Conselhos Geral e Académico do IPS e nos Conselhos de Representantes e Pedagógico das escolas, estes encontram-se também envolvidos na Estrutura da Qualidade, designadamente, no Núcleo do Sistema de Gestão da Qualidade e nas Unidades de Melhoria Contínua;

Está previsto no SIGGQ que, com suporte nos Relatórios Anuais de atividades do IPS e das unidades orgânicas, relatórios da Oferta Formativa das escolas e outros documentos pertinentes a elaboração do presente relatório Anual de Monitorização do Desenvolvimento Organizacional do IPS.

Pode, assim, considerar-se que os objetivos, funções, atores e responsabilidades do sistema de qualidade estão definidos e documentados de forma clara e objetiva.

Considera-se, todavia, que a atual explicitação da Política da Qualidade é um pouco extensa e pouco favorável a uma maior apropriação pela comunidade IPS e não contempla referências à fraude académica, intolerância ou discriminação.

Relativamente à globalidade do sistema, entende-se que carece de uma maior experiência na sua implementação, por forma a validar a sua eficiência para a promoção do sistema no seu todo.

5.2.2 Ensino e aprendizagem

Encontram-se estabelecidos procedimentos para a Criação, Alteração, Suspensão ou Extinção de Ciclos de Estudo no IPS (Despacho do Presidente do IPS nº 10/SPR/2013), de 1 de fevereiro de 2013).

No caso da criação dos cursos, as propostas deverão evidenciar a capacidade de satisfação dos requisitos necessários (corpo docente, coordenador, recursos humanos e materiais), bem como o enquadramento na Rede do Ensino Superior Público, as potencialidades de existência de procura e da sua adequação às necessidades da envolvente resultante de consulta a organizações e entidades externas.

A divulgação da oferta formativa é adequadamente efetuada, entre outros meios, nos Portais do IPS e das escolas.

Encontram-se estabelecidos os procedimentos e regras de acesso, seleção e ingresso de estudantes aos cursos do IPS (Despacho 137/Presidente/2014, de 21 de maio de 2014)

Encontram-se, também, estabelecidas as linhas orientadoras de avaliação do desempenho escolar, que contemplam os principais procedimentos relativos aos programas das UC, regimes de avaliação, audição e recurso por parte dos estudantes sobre a avaliação nº 5/SPR/ 2012, de 10 de fevereiro de 2012).

Para a promoção do apoio social e acompanhamento psicológico dos estudantes, o IPS dispõe dos Serviços de Ação Social.

Encontram-se estabelecidos instrumentos de monitorização e avaliação sobre o funcionamento das UC, dos cursos conferentes de grau (1º e 2º ciclo) e dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais, que contemplam já os resultados académicos e permitem aos respetivos responsáveis a análise e apresentação de propostas de melhoria relativamente aos resultados académicos e aos principais resultados do inquérito de opinião aos estudantes (relatórios da UC existentes nos portais de cada uma das escolas).

Encontram-se já estabelecidos os inquéritos aos estudantes relativos ao processo de ensino aprendizagem e sobre os cursos e os inquéritos aos diplomados.

Também numa perspetiva de melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem e de promoção do sucesso académico, estão definidos mecanismos de identificação de “boas práticas” e de “situações insatisfatórias”, conducentes a que, com base nas análises e propostas dos docentes, no âmbito dos relatórios da UC, relativamente às causas de (in)sucesso e sobre os resultados obtidos dos inquéritos

pedagógicos, se elaborem planos de melhoria (Procedimento PSIO2-Ações de Melhoria, aprovado em 15 de maio de 2015).

Independentemente dos resultados do processo de avaliação anual do funcionamento dos cursos conferentes de grau (1º e 2º ciclo) e aos Cursos Técnicos Superiores Profissionais, é preconizada uma avaliação quadrienal, por uma equipa de professores internos e de outras instituições do ensino superior, por um estudante do curso e por entidades representantes dos potenciais empregadores, devendo tal avaliação incidir sobre a conceção e conteúdos de cada curso e do respetivo currículo, a satisfação dos requisitos necessários (corpo docente, coordenador, recursos humanos e materiais) e a adequação às necessidades da envolvente (empregabilidade e relevância social). O resultado de tal avaliação, bem como as respetivas propostas de melhoria, para além de serem incorporadas no relatório de autoavaliação do funcionamento global do curso (relatório de monitorização), deverá ser objeto de apreciação pelas UMC, tendo em vista a sua inclusão no Relatório da Oferta Formativa a elaborar pelas direções das escolas.

Pode, assim, considerar-se que existem procedimentos no âmbito do processo de ensino/aprendizagem, sendo a maioria da informação recolhida usada como ferramenta para a gestão e para melhoria da qualidade.

Todavia, é de realçar que, apesar de já se encontrem em funcionamento desde 2009 os relatórios de monitorização dos cursos, suportados nos sistemas informáticos, se tem registado alguns atrasos na sua concretização anual e, ainda, com escassos registos das consequentes implementações de ações de melhoria.

De referir a recente implementação de alguns dos instrumentos e procedimentos, designadamente, Relatórios de UC, melhoria contínua da qualidade do ensino-aprendizagem e de promoção do sucesso académico (identificação de boas práticas e de situações insatisfatórias no âmbito do relatório da UC, relativamente às causas de (in)sucesso e sobre os resultados obtidos dos inquéritos pedagógicos) que, apesar de terem dado origem a algumas iniciativas de melhoria contínua, não se concretizaram formalmente em planos de ação estruturados e com o respetivo follow-up.

Também ainda não se encontra concretizada nenhuma avaliação quadrienal de curso (para além das avaliações efetuadas no âmbito da A3ES), o que não permite validar a sua eficiência.

Também se considera a necessidade de se atribuir uma maior ênfase na garantia da qualidade das aprendizagens (student experience) e no sucesso educativo, por via de análise dos relatórios de UC e resultados dos inquéritos e tomadas de decisões de medidas adequadas para a melhoria da capacitação pedagógica do pessoal docente e para o apoio aos estudantes e às aprendizagens, sobretudo quando se constata alguma diversidade de perfis dos novos estudantes, com uma forte componente de “novos públicos”, designadamente os maiores de 23

anos e oriundos de cursos profissionais, o que exigirá um ajustamento das práticas e metodologias pedagógicas, bem como dos recursos e serviços.

No que se refere às propostas de criação dos cursos, salienta-se a conveniência em evidenciar, para além dos requisitos ao nível da qualificação do corpo docente, a sua adequação às necessidades da envolvente resultante de consulta a organizações e entidades externas.

Deverá, também, ser ponderada a possibilidade de as equipas preconizadas para a revisão periódica dos cursos serem somente constituídas por membros externos, tendo vista a demonstração às partes interessadas que se toma efetivamente em consideração os variados aspetos relacionados com a “Conceção e aprovação de programas” e “ensino, aprendizagem e avaliação centrados no estudante”.

5.2.3 Investigação e Desenvolvimento

Como forma de monitorizar, estimular e apoiar as atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D), encontra-se constituída a UAIIDE-IPS, através da qual são prestados, entre outros, serviços de sistematização e divulgação dos programas de financiamento nacionais e internacionais, Projetos e Bolsas, promoção de parcerias científico-empresariais, acompanhamento administrativo e financeiro dos projetos financiados e divulgação dos apoios à comunidade científica (Formação Avançada, participação em eventos científicos).

Como forma de potenciar a produção e divulgação da investigação nas diferentes áreas de saber desenvolvidas no IPS, bem como a prestação de serviços especializados, encontra-se em vigor um regulamento dos Centros de Investigação e Prestação de Serviços do IPS (despacho nº 112/SPr/2013 de 5 de novembro), que estabelece as condições de reconhecimento de Centros de Investigação no IPS.

Como forma de estimular as atividades de I&D, encontram-se estabelecidos mecanismos de apoio dessas atividades, designadamente, bolsas de investigação (Regulamento nº 765/2010 de 8 de outubro), atribuição de Licenças Sabáticas Parciais (despacho nº 37/SPr/2011 de 15 de março), redução de Serviço Docente para Coordenação e participação em Projetos de Investigação (despachos nº 38/SPr/2011 de 15 de março e nº 52/Presidente/2015 de 11 de março) e apoios à divulgação dos resultados da Investigação (despacho nº 52/Presidente/2015 de 11 de março).

Também se tem estimulado, embora com reduzidos resultados, a participação dos estudantes em projetos de investigação, para além do desenvolvimento de teses, de trabalhos e projetos finais de curso.

Também no sentido da promoção do empreendedorismo e ligação às empresas, a UAIIDE-IPS tem procurado potenciar a criação, o desenvolvimento e a aplicação de inovações, que tenham utilidade social e respondam às necessidades da comunidade. Para além do apoio ao emprego, ao empreendedorismo jovem, às empresas e ao desenvolvimento de ideias de negócio, a incubadora de ideias *IPStartup* constituída pelo IPS é um suporte para o desenvolvimento inicial de novas empresas.

A monitorização das atividades de I&D é, também, efetuada pela UAIIDE-IPS, que anualmente elabora um relatório de atividades onde compila a monitorização dos indicadores da investigação, produção científica e inovação e empreendedorismo. Nesse relatório a UAIIDE-IPS deverá propor ações de melhoria a incorporar nos planos de atividades das unidades orgânicas.

Pode, assim, considerar-se que existe uma política e procedimentos no sentido da promoção, monitorização, avaliação e melhoria das atividades de investigação e desenvolvimento profissional de alto nível, sendo a maior parte da informação recolhida usada como ferramenta para a gestão e para melhoria da qualidade.

No entanto, apesar de se ter registado uma evolução favorável ao nível da investigação (conforme anteriormente referido) e tendo em conta a tendência atual para uma maior focalização nestas atividades por parte da avaliação externa (A3ES), considera-se que se deverá dar continuidade e reforçar as ações e estruturas de apoio à produção e divulgação científica, sobretudo nas áreas dos cursos do IPS e com um maior envolvimento dos estudantes, bem como promover a ligação a redes nacionais e internacionais e dinamizar novos centros internos de investigação.

Deveria, também, ser promovida uma maior intervenção dos CTC das UO, no sentido de desenvolverem propostas de melhoria, por via da informação recebida sobre a produção científica, bem como de sistematizar as observações dos Relatórios da A3ES, no sentido de responder às carências identificadas, que podem ter relevância nos processos de avaliação seguintes.

Também é de referir a inexistência de uma prática continuada de elaboração de relatórios das atividades de I&D e consequentes ações de melhoria o que não permite validar a sua eficiência.

5.2.4 Relações com o Exterior

As relações com o exterior constituem uma prioridade do IPS, podendo concretizar-se de diversas formas, designadamente: pela participação em redes internacionais; pela ligação e associação com outras instituições do ensino superior e outras entidades públicas e privadas; pela transferência de conhecimento e tecnologia; pela prestação de serviços às organizações; por ações de âmbito social, cultural, desportivo e artístico no exterior.

Encontra-se estabelecido que as relações com o exterior, de carácter mais formal, como a colaboração interinstitucional, a prestação de serviços ao exterior, a integração em projetos e parcerias ou a captação de receitas próprias, decorrem da iniciativa do Presidente do IPS, das unidades orgânicas, dos centros de investigação e dos docentes, sendo sempre aprovadas e subscritas pela Presidência do IPS.

A prestação de serviços ao exterior e a integração em projetos por parte dos docentes, são aprovadas pelos Diretores das unidades orgânicas, nos termos do Regulamento da Prestação de Serviços ao Exterior (Despachos da Presidência de 18 de julho de 2011 e de 31 de janeiro de 2014).

Complementares a estas formas de relação, há ainda a salientar as relações com os antigos estudantes reforçadas desde outubro de 2015 com a criação da Rede *alumniIPS* (site no Portal do IPS).

De referir, também, a participação de entidades externas em aulas abertas e outros eventos (congressos, conferências, *workshops*) organizados pelas unidades orgânicas.

No âmbito da responsabilidade social encontra-se implementado o Projeto "IPS Solidário" através do qual são concretizadas diversas ações, colocando no terreno equipas de intervenção constituídas por funcionários docentes e não docentes, estudantes, amigos e familiares da comunidade IPS.

A monitorização destas atividades é realizada no âmbito dos planos e relatórios de atividades do IPS e de cada Unidade Orgânica, que deverão refletir e analisar o grau de prossecução dos objetivos e metas traçados, apresentando propostas de melhoria e, se necessário, a sua reformulação.

Pode, assim, considerar-se que existe uma política e procedimentos que visam a promoção, monitorização, avaliação e melhoria das atividades de interface e ação externa, a que se deverá dar continuidade e, se possível, reforçar, sendo a maioria da informação recolhida usada como ferramenta para a gestão e para melhoria da qualidade.

5.2.5 Recursos Humanos

Encontram-se estabelecidas práticas e procedimentos relativamente ao recrutamento de colaboradores não docentes, cujas necessidades são detetadas ao nível dos serviços centrais e de cada unidade orgânica, com base nas alterações da estrutura ou nas resultantes de movimentos de pessoal (mobilidade, reforma), cabendo aos Diretores das escolas ou Administradores dos SC e SAS a apresentação de propostas de recrutamento ao Presidente do IPS, com a indicação do perfil funcional e de competências pretendido.

Relativamente ao pessoal docente, as necessidades e os perfis de competência, são detetadas, em cada escola e em cada semestre letivo, pelos respetivos departamentos ou seções, sendo as propostas de contratação apreciadas em Conselho Técnico-Científico e propostas pelos Diretores ao Presidente do IPS.

Encontra-se em vigor o Regulamento da Avaliação de Desempenho do Pessoal (n.º 316/2008, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 113, de 13 de junho de 2008), cujo processo de avaliação do pessoal não docente está enquadrado por diploma legal (SIADAP).

Relativamente ao pessoal docente, para além da avaliação dos respetivos Conselhos Técnico-Científicos das escolas, aquando dos eventuais processos de renovação, a avaliação encontra-se enquadrada pelo Regulamento de Avaliação de Desempenho e Alteração do Posicionamento Remuneratório do Pessoal Docente (que, no entanto, ainda não se encontra aplicado) e no qual se encontram previstas ações de melhoria (planos de formação).

Também se encontra estabelecido que, com base nos processos de avaliação de desempenho individual do pessoal não docente, bem como de outros instrumentos de diagnóstico de necessidades de formação, a Divisão de Recursos Humanos elabora planos de formação, a submeter à Presidência para aprovação.

Encontra-se previsto que, no caso do pessoal docente, com base nos relatórios anuais de atividade das escolas e nos processos de avaliação individuais do pessoal, os Diretores submetem à Presidência propostas de planos de formação, incluindo programas de formação pedagógica. De referir, ainda, os apoios à formação avançada, que são enquadrados pelo regulamento próprio (atribuição de bolsas) anteriormente referido.

Também se encontra previsto que caberá às UMC das escolas, em articulação com a UNIQUA-IPS, a promoção de programas de formação pedagógica, que incluam a identificação de boas práticas pedagógicas, a experimentação de novas metodologias e a produção de novos materiais de apoio aos estudantes.

Pode, assim, considerar-se que existem mecanismos e procedimentos apropriados para assegurar o recrutamento, a gestão e a formação do pessoal, tendo em vista o cumprimento eficaz das respetivas funções.

No entanto, se bem que relativamente ao pessoal não docente se encontram já aplicados tais procedimentos e (conforme anteriormente referido) existe o registo de várias ações para o seu desenvolvimento, relativamente ao pessoal docente, para além dos processos de recrutamento e avaliação regulamentares (Conselho Técnico-Científico), não se encontra em vigor a avaliação enquadrada pelo Regulamento de Avaliação de Desempenho e Alteração do Posicionamento Remuneratório do Pessoal Docente, com as consequentes ações de melhoria, nem existe uma prática sistematizada na área da formação pedagógica.

Haverá, assim, que desenvolver e consolidar as práticas de avaliação, identificando as necessidades de formação e de desenvolvimento profissional e promover a motivação e o desenvolvimento de competências e qualificações.

5.2.6 Internacionalização

O IPS dispõe do CIMOB-IPS como estrutura de coordenação e apoio às atividades que visam a progressiva internacionalização do IPS, em particular no incremento da mobilidade de estudantes, docentes e não docentes e a captação de estudantes estrangeiros.

Encontra-se em vigor o Regulamento da Mobilidade Internacional do IPS (Despacho nº 12642/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 199 — 15 de outubro), através do qual são definidos os procedimentos e as condições de participação dos estudantes e dos colaboradores em ações de mobilidade internacional (*outgoing* e *incoming*), sendo todo o processo desenvolvido e acompanhado

pelo CIMOB-IPS. Também como suporte à mobilidade dos estudantes foi estabelecido o Regulamento do Reconhecimento Académico do Estudante em Mobilidade.

O Regulamento do Estudante Internacional do IPS (despacho nº 73/Presidente/2014 de 21 de maio), regula as condições para o ingresso de estudantes estrangeiros, designadamente, no que se refere a número de vagas, critérios de admissão e calendários.

O apoio ao desenvolvimento de projetos internacionais de investigação é prestado pela UAIIDE-IPS, através do levantamento de oportunidades de financiamento (nacionais e internacionais) e na promoção de parcerias e na divulgação de apoios diversos à comunidade científica (Formação Avançada, participação em eventos científicos, entre outros).

Têm sido realizadas diversas iniciativas e momentos de aprendizagem interculturais e internacionais, como seminários, conferências e “semanas” internacionais (debates, exposições e ciclos temáticos multi e interculturais; comunidades de prática e projetos conjuntos internacionais), promovidas pelas escolas e pelo IPS, como é disso exemplo a *Business week*.

Decorrentes dos Planos de Atividades do IPS e das unidades orgânicas, são anualmente estabelecidos objetivos e metas ao nível da internacionalização (mobilidade, eventos, parcerias e projetos), sendo o seu nível de concretização registado nos respetivos relatórios de atividades anuais, o que permite gerar contributos para o processo de melhoria nos anos seguintes.

Pode, assim, considerar-se que existem mecanismos que permitem promover, monitorizar, avaliar e melhorar as atividades de âmbito internacional, designadamente, as atividades internacionais de educação e formação, participação/coordenação em projetos internacionais de investigação e mobilidade de estudantes, docentes e funcionários, bem como de procedimentos para regular e garantir os correspondentes processos de tomada de decisão, implementação e follow-up.

No entanto, como já anteriormente referido, tendo em conta a tendência para uma maior focalização nas atividades científicas nas avaliações às instituições do ensino superior, deverá promover-se a ligação a redes nacionais e internacionais, no sentido de aumentar, sobretudo, a participação em projetos de investigação internacionais.

5.2.7 Recursos Materiais e Serviços

Para o desenvolvimento adequado das aprendizagens dos estudantes e demais atividades científico-pedagógicas, o IPS dispõe de instalações, equipamentos gerais e laboratoriais, bem como de centros de documentação e gabinetes específicos para apoio aos estudantes.

De forma a garantir boas condições de funcionamento e utilização de tais recursos através de ações de preservação e conservação qualificada, existe o Núcleo de Gestão de Infraestruturas, que é responsável pelo planeamento e gestão dos espaços, edifícios, infraestruturas e equipamentos gerais, dispondo, cada unidade orgânica, de uma equipa de manutenção, com competências de intervenção de 1ª linha.

Encontram-se estabelecidas práticas e procedimentos relativamente aos trabalhos de manutenção ou aquisição de recursos materiais.

Independentemente de necessidades pontuais não previstas, é com base nos relatórios de atividade anuais (do IPS, das Escolas e dos Serviços de Ação Social) e dos planos de melhoria relativos aos recursos materiais, que são planeadas intervenções e aquisições de bens ou serviços que, após aprovação da Presidência, são efetuadas pela DFAP.

Existem em todas as unidades orgânicas dispositivos para recolha de propostas de melhoria e de reclamações, bem como o Livro de Reclamações.

As reclamações e sugestões de melhoria, são analisadas pelos responsáveis dos serviços, a partir das quais, procedem ao seu registo, análise e respetivas respostas, podendo, ainda, elaborar propostas de melhoria, que são enviadas ao responsável superior.

Apesar de não se encontrar implementado, encontra-se preconizado que a qualidade dos serviços do IPS seja avaliada no âmbito do *QUAR - Quadro de Avaliação e Responsabilização*, em conformidade com a Legislação para o efeito, tendo por base os planos de atividades de cada serviço.

Pode, assim, considerar-se que existem mecanismos que permitem a recolha e análise de informação relativa à manutenção, gestão e adequação dos recursos materiais e serviços, incluindo os serviços de apoio aos estudantes, bem como procedimentos para regular e garantir os correspondentes processos de tomada de decisão, implementação e follow-up.

No entanto, não se encontra implementada a avaliação dos vários serviços, devendo procurar-se que tal seja concretizado, mesmo que recorrendo a instrumentos próprios, com objetivos e indicadores associados à eficácia, eficiência e qualidade e tendo por base os planos de atividades anuais de cada serviço, por forma a garantir a sua melhoria contínua.

5.2.8 Sistema de informação

Na área académica, todos os registos estão suportados em sistemas informáticos específicos, encontrando-se desenvolvido um conjunto de funcionalidades para apoio a diversos processos, designadamente, inscrições, requerimentos, pedidos de informação e pagamentos de propinas e emolumentos que são efetuados *online*.

Através do sistema de informação existente, são registados e tratados os dados sociodemográficos dos estudantes, parte dos quais obtidos através dos inquéritos aos novos estudantes, bem como os dados relativos às suas avaliações e à sua progressão escolar, bem como as respetivas taxas de sucesso (registos transcritos nos relatórios de monitorização dos cursos).

Os inquéritos de opinião dos estudantes sobre o funcionamento das UC e dos cursos, são efetuados e tratados com suporte a sistemas informáticos. Encontra-se também estabelecido a forma de acesso e

divulgação dos resultados dos inquéritos, em particular a divulgação dos resultados globais, por curso para toda a comunidade e a constar nos respetivos Portais das escolas.

Os relatórios de UC, integrados no sistema informático, contemplam informações gerais da unidade curricular, do seu funcionamento, bem como resultados académicos, o que permite aos respetivos responsáveis a análise e a apresentação de propostas de melhoria, face aos resultados académicos e aos principais resultados do inquérito de opinião aos estudantes.

Os relatórios de monitorização dos cursos, também integrados no sistema informático, contemplam informações gerais do curso, caracterização dos estudantes inscritos, inserção na vida ativa e empregabilidade, mobilidade e internacionalização, o que permite aos respetivos diretores/coordenadores analisar os resultados e apresentar propostas de melhoria. Encontra-se, também estabelecido que estes relatórios devem apresentar dados sobre a qualificação do corpo docente e respetiva atividade de investigação.

Também se encontram instalados no sistema informático os relatórios da oferta formativa (Relatórios da escola) com os principais resultados por curso, a elaborar pelas direções das escolas e que permitem uma análise aos resultados e apresentação de propostas de melhoria.

No âmbito da Ação Social dos SAS/IPS, são anualmente aplicados inquéritos de satisfação aos utentes, decorrendo da sua análise, um conjunto de ações de melhoria que integram os seus planos de atividade.

Pode, assim, considerar-se que, sem prejuízo de um permanente desenvolvimento, o IPS dispõe de um sistema de informação e mecanismos que permitem garantir a recolha, a análise e a utilização de dados e de outra informação relevante para a gestão eficaz dos cursos e de outras atividades, envolvendo as várias partes interessadas.

No entanto, é de referir que:

- A divulgação nos portais das escolas dos resultados globais dos inquéritos de opinião dos estudantes sobre o funcionamento das UC e dos cursos não se encontra adequadamente implementada e com formatos muito diferenciados entre as várias escolas;*
- Os relatórios de monitorização dos cursos não apresentam dados sobre a qualificação do corpo docente afeto aos cursos.*

5.2.9 Divulgação Pública da Informação

Estão criados portais do IPS, de cada uma das escolas e dos Serviços de Ação Social, tendo em vista o suporte e a divulgação da oferta formativa e das suas restantes atividades, bem como de diversa documentação de suporte.

Entre outras informações, os portais disponibilizam informação relativa a: missão, valores, objetivos, estatutos, planos estratégicos/atividades, estrutura orgânica e composição dos órgãos, listagem com a qualificação e vínculo do corpo docente, relatórios, despachos, regulamentos escolares, mobilidade,

relações internacionais e informação de apoio aos estudantes (bolsas de estudo, alojamento, alimentação).

Relativamente à divulgação da oferta formativa, é apresentada a lista dos cursos oferecidos em cada ano letivo, bem como informações diversas sobre cada ciclo de estudos como: informação de acesso (vagas, provas específicas, propinas, etc.); saídas profissionais; objetivos de aprendizagem; nome e contactos do Coordenador/Diretor de Curso; Plano de Estudos e respetivos conteúdos programáticos.

Encontram-se também disponibilizados nos portais os Relatórios de Monitorização dos Cursos (após aprovação pelos respetivos órgãos), contendo os resultados do processo de ensino/aprendizagem, empregabilidade e mobilidade, bem como os Relatórios de autoavaliação e de avaliação externa (A3ES).

O GICOM-IPS, para além da promoção e divulgação da imagem do IPS e da oferta formativa, assegura a gestão de diversos canais internautas, designadamente, a *Newsletter* digital do IPS, a IPS Comunicação Interna e, em particular, as redes sociais (facebook, You Tube, Twitter, LinkedIn, Zappiens, IPSTV) onde estão disponíveis todas as informações relacionadas com o IPS e as unidades orgânicas.

Encontra-se instalado o Repositório Científico do IPS onde estão reunidos em formato digital os projetos, trabalhos e artigos científicos desenvolvidos nas diferentes áreas de atuação do IPS, que poderão ser consultados pela comunidade. No portal do IPS, encontra-se disponível informação, entre outros, sobre apoios à investigação, divulgação de fontes de financiamento e notícias de eventos e informação sobre redes de cooperação, parcerias e protocolos nacionais e internacionais.

No portal dos Serviços de Ação Social encontra-se reunida informação acerca do apoio social que o IPS proporciona aos seus estudantes, sendo disponibilizada informação sobre alimentação, alojamento (indicação das residências e seus regulamentos), apoio médico, desporto e bolsas de estudo, bem como a possibilidade de efetuar *download* de requerimentos.

De referir, ainda, a ligação para a página da UNIQUA-IPS, que contem variada informação no âmbito do SIGGQ e onde se encontra disponível o Manual da Qualidade do IPS.

Encontra-se estabelecido que a gestão, garantia da atualidade, coerência e fiabilidade da informação que consta nos portais, é da responsabilidade da Presidência (Portal do IPS), dos Diretores (Portais das escolas) e da Administradora dos SAS (Portal dos SAS), sendo assegurada a função técnica pela Divisão de Sistemas e Infraestruturas de Informação e Comunicação, com o apoio do Gabinete de Imagem e Comunicação (GI.COM-IPS) para a gestão da imagem visual do IPS, a gestão da publicidade e a comunicação entre a comunidade do IPS e a comunidade externa.

Pode, assim, considerar-se que o IPS dispõe de mecanismos que permitem a publicação e disponibilização periódica de informação atualizada, baseada em dados e resultados, acerca das suas principais atividades.

Todavia, constata-se a necessidade de se estabelecer uma metodologia que permita de forma sistemática uma monitorização e uma atualização da informação disponível nos Portais,

identificando as Partes Interessadas relevantes e as suas respetivas necessidades que o IPS possa satisfazer.

Conforme já referido, considera-se conveniente assegurar a divulgação nos portais dos resultados globais dos inquéritos de opinião dos estudantes sobre o funcionamento das UC e cursos.

5.2.10 Acompanhamento, avaliação e melhoria contínua do SIGGQ

Está estabelecido que a monitorização do sistema de garantia da qualidade é da responsabilidade da UNIQUA-IPS, através do seu Núcleo do Sistema de Gestão da Qualidade, que promove todos os mecanismos de monitorização e de verificação da eficácia do sistema.

Encontram-se estabelecidas as Unidades de Melhoria Contínua (UMC) a quem compete, entre outros, assegurar a implementação e divulgação da Política da Qualidade. De referir, contudo, ainda, uma reduzida intervenção das UMC na implementação e divulgação do SIGGQ (nos SC e SAS ainda não foram ainda formalmente constituídas).

A monitorização do SIGGQ é evidenciada no presente Relatório, que assenta essencialmente na análise dos dados recolhidos nos diferentes instrumentos, nomeadamente, nos Relatórios de Atividades do IPS e das unidades orgânicas. De referir que também se encontra preconizado o suporte de alertas obtidos por via de auditorias internas que, no entanto, ainda não se realizaram, para além de algumas verificações não formais de conformidades de acordo com o estabelecido no Manual da Qualidade.

Conforme já referido inicialmente, pretende-se que a análise crítica sobre a política institucional, processos e procedimentos utilizados no âmbito da sua missão, bem como a apresentação de recomendações e propostas de melhoria do seu funcionamento, constantes no presente relatório, contribua para que a gestão de topo, nomeadamente o Presidente, a quem cabe a responsabilidade máxima do sistema de garantia da qualidade, tenha acesso a informação relevante, da qual resultem decisões e o planeamento de ações necessárias à melhoria da eficácia do sistema.

De referir, ainda, que se encontram também envolvidas no sistema de garantia da qualidade, para além dos colaboradores docentes e não docentes e estudantes do IPS, outras partes externas interessadas, cuja participação se traduz, entre outras atividades, na elaboração dos Planos Estratégicos, no Conselho Geral, nos Conselhos de Representantes das unidades orgânicas e nas propostas de criação e revisão de cursos e, ainda, eventualmente no Conselho para a Qualidade.

Em síntese, encontra-se estabelecida uma monitorização sobre o funcionamento do sistema de garantia da qualidade e para as ações de melhoria.

Todavia, é de enfatizar a inexistência de uma prática continuada na utilização global e integrada de todos os mecanismos e procedimentos do sistema e do acompanhamento e avaliação dos consequentes planos e as ações de melhoria, bem como uma reduzida intervenção das UMC na implementação e divulgação do SIGGQ nos SC/UO/SAS (nos SC e SAS ainda não foram ainda formalmente constituídas).

5.3 Análise SWOT

Em termos sintéticos, pode-se apresentar a seguinte análise SWOT relativamente ao SIGGQ.

Forças

- *Empenho institucional – existe um forte empenho por partes dos órgãos do IPS e das unidades orgânicas, designadamente, presidência do IPS, diretores e presidentes dos Conselhos Técnico-Científicos e Pedagógicos, na implementação de um sistema interno de qualidade e no seu reconhecimento como um forte apoio à melhoria contínua.*
- *Procedimentos e práticas estabelecidas - Se bem anteriormente não enquadradas integralmente no sistema integrado de qualidade, o IPS e as suas escolas sempre utilizaram procedimentos de monitorização conducentes à promoção da melhoria contínua, designadamente: ao nível do ensino-aprendizagem, através dos Relatórios de Monitorização dos Cursos, utilização de questionários padronizados dirigidos aos estudantes, avaliação do desempenho dos estudantes (taxas de sucesso, taxas de abandono e empregabilidade) e consequente análise e discussão em níveis diferentes (unidade curricular, curso, departamento, Conselho Pedagógico ou Conselho Diretivo/Diretor); ao nível da Investigação e Desenvolvimento, pela monitorização destas atividades pela Unidade de Apoio à Inovação, Investigação e Desenvolvimento e Empreendedorismo e pela utilização da plataforma DeGóis; a avaliação dos docentes por via da análise pelo Conselho Técnico-Científico dos respetivos relatórios de atividades; a avaliação do pessoal não docente através do SIADAP; ao nível dos processos administrativos do IPS, em que sempre existiram diversos procedimentos, designadamente, na área dos serviços académicos, de Recursos Humanos, Financeira, Aprovisionamento e Património e informática.*

Fraquezas

- *A reduzida maturidade do sistema – apesar da larga experiência de procedimentos de monitorização conducentes à promoção da melhoria contínua ao nível do ensino-aprendizagem, da Investigação e Desenvolvimento, dos docentes e dos vários processos administrativos, não existe uma prática continuada dos mecanismos e procedimentos estabelecidos no sistema da qualidade, que os permita validar e ajustar.*
- *A complexidade organizacional – sendo o IPS constituído por várias unidades orgânicas com intervenção em diversas áreas formação (Educação, Tecnologia, Ciências Empresariais e Saúde), contemplando ambientes de aprendizagem e de atuação, em partes distintas e específicas, existe a necessidade do sistema abranger tal diversidade.*

Oportunidades

- *Maior sensibilização da comunidade – constata-se a existência por parte da comunidade, externa e interna, de uma maior consciencialização sobre a importância da qualidade no ensino superior, bem como para a implementação dos respetivos sistemas.*

- *Sistemas de apoio – tendo em vista a melhoria contínua do ensino superior, encontram-se estabelecidas, instituições, normas e orientações de suporte à implementação de sistemas de garantia da qualidade.*

Constrangimentos

- *Legislação – a atividade do IPS está enquadrada por diversa legislação sobre o regime jurídico das instituições de ensino superior, regulando a sua constituição, atribuições, organização, funcionamento e competências dos seus órgãos, bem como o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, que importa satisfazer e enquadrar no sistema, mas que se encontra sujeita a eventuais posteriores alterações legislativas.*
- *Recursos Financeiros – a redução do financiamento público ao Ensino Superior, tem conduzido a uma significativa restrição no investimento em recursos físicos para apoio às atividades do IPS.*

Em síntese, encontra-se estabelecida uma monitorização sobre o funcionamento do sistema de garantia da qualidade e para as ações de melhoria.

Todavia, é de enfatizar a inexistência de uma prática continuada na utilização global e integrada de todos os mecanismos e procedimentos do sistema e do acompanhamento e avaliação dos consequentes planos e as ações de melhoria.

É também de registar, ainda, uma reduzida intervenção das UMC na implementação e divulgação do SIGGQ nos SC/UO/SAS (nos SC e SAS ainda não foram ainda formalmente constituídas).

6 RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS DE MELHORIA

6.1 Recomendações e Propostas de melhoria ao desenvolvimento institucional

Com base na análise anteriormente efetuada relativamente às dimensões correspondentes aos 4 eixos de intervenção estratégica para o desenvolvimento institucional, apresentam-se de seguida algumas recomendações/propostas de melhoria.

Ensino-Aprendizagem

- Proceder, de forma sistemática, às análises contextuais e ao consequente ajustamento da oferta formativa, tendo em vista a decisão de não abertura de cursos já existentes ou a criação de novos cursos ajustados aos interesses da comunidade;
- Reforçar a divulgação da oferta formativa, sobretudo ao nível das Pós-Graduações e Mestrados (após eventual ajustamento da oferta);
- Promover a inovação pedagógica e tecnológica através de mecanismos e metodologias com uma maior ênfase na garantia da qualidade das aprendizagens (*student experience*) e no sucesso educativo, com medidas adequadas para a melhoria da capacitação pedagógica do pessoal docente e para o apoio aos estudantes e às aprendizagens (face à forte componente de “novos públicos”, designadamente os maiores de 23 anos e oriundos de cursos profissionais);

- Dar continuidade e reforçar as ações e estruturas de apoio à empregabilidade;
- Reforçar os laços e fomentar as atividades com a rede alumni.

Promoção do conhecimento e inovação

- Dar continuidade e reforçar, as ações e estruturas de apoio à produção e divulgação científica, em particular nas áreas associadas aos cursos, bem como promover a ligação a redes nacionais e internacionais e dinamizar novos centros internos de investigação, no sentido de aumentar, sobretudo, a participação em projetos de investigação internacionais;
- Dar continuidade e reforçar, as ações e estruturas de apoio ao empreendedorismo e criação de empresas.

Comunidade aberta e internacional

- Dar continuidade às iniciativas de promoção do relacionamento com a comunidade envolvente, em particular as associadas a projetos e prestação de serviços;
- Dar continuidade às iniciativas no âmbito da internacionalização e da mobilidade internacional, reforçar e ampliar as redes e o número de parceiros internacionais.

Governança

- Monitorizar e avaliar, de forma sistemática, os planos de atividades do IPS e das unidades orgânicas, decorrentes do Plano Estratégico do IPS (PEDIPS);
- Consolidar a implementação dos requisitos estabelecidos no Manual da Qualidade do IPS;
- Dar continuidade às iniciativas associadas à Responsabilidade Social;
- Dar continuidade e reforçar as ações e formas de apoio para a valorização e desenvolvimento de competências dos colaboradores não docentes e do corpo docente, em particular as ações de formação no âmbito das atividades pedagógicas;
- Dar continuidade às ações conducentes a uma boa adequação e funcionamento das instalações, dos equipamentos gerais e laboratoriais, bem como dos restantes recursos materiais;
- Manter e fortalecer o empenho e a colaboração por parte dos órgãos do IPS na resolução dos problemas identificados e apresentados à Provedora do Estudante;
- Procurar que todos os regulamentos remetam explicitamente para a legislação enquadradora (de forma a não transmitirem a ideia de arbitrariedade institucional).

6.2 Recomendações e Propostas de melhoria ao SIGGQ

Com base na análise anteriormente efetuada relativamente à implementação do SIGGQ, apresentam-se de seguida algumas recomendações/propostas de melhoria.

Definição e documentação da política institucional para a qualidade

- Explicitar a Política da Qualidade por forma a torna-la mais apropriável pela comunidade IPS, integrando referências à fraude académica, intolerância ou discriminação;
- Elaborar regulamentação sobre fraude académica;

Ensino-Aprendizagem

- Promover a concretização atempada dos relatórios de monitorização dos cursos e consequente implementação e monitorização de ações de melhoria;
- Garantir que as propostas de criação dos cursos, se encontrem suportadas nos requisitos estabelecidos ao nível da qualificação do corpo docente e numa adequação às necessidades da envolvente resultante de consulta a organizações e entidades externas;
- Incluir nos relatórios de monitorização dos cursos os dados sobre a qualificação do corpo docente afeto aos cursos;
- Promover e monitorizar a concretização dos Relatórios de UC e consequentes procedimentos, tendo em vista a melhoria contínua do ensino-aprendizagem e da promoção do sucesso académico (identificação de “boas práticas” e de “situações insatisfatórias”, causas de insucesso, etc.), bem como a implementação de medidas adequadas para a melhoria da capacitação pedagógica do pessoal docente e para o apoio aos estudantes e às aprendizagens, concretizadas formalmente em planos de ação estruturados e com o respetivo *follow-up*;
- Estabelecer que as equipas preconizadas para a revisão periódica dos cursos sejam somente constituídas por membros externos;
- Dar início ao processo de Revisão Periódica dos Cursos.

Investigação, Desenvolvimento e Internacionalização

- Numa perspetiva de desenvolvimento científico e da avaliação institucional, promover a produção e divulgação científica, sobretudo nas áreas dos cursos e com um maior envolvimento de estudantes, bem como a ligação a redes nacionais e internacionais e dinamizar novos centros internos de investigação, no sentido de aumentar, sobretudo, a participação em projetos de investigação internacionais;
- Promover uma maior intervenção dos CTC das UO, no sentido de desenvolverem propostas de melhoria, por via da informação recebida sobre a produção científica, bem como de sistematizar as observações dos Relatórios da A3ES, no sentido de responder às carências identificadas, que podem ter relevância nos processos de avaliação seguintes.

Relações com o Exterior

- Dar continuidade e, se possível, reforçar a política e procedimentos que visam a promoção, monitorização, avaliação e melhoria das atividades de interface e ação externa.

Recursos Humanos

- Desenvolver e consolidar as práticas de avaliação, identificando as necessidades de formação e de desenvolvimento profissional e promover a motivação e o desenvolvimento de competências e qualificações;
- Implementar o Regulamento de Avaliação de Desempenho e Alteração do Posicionamento Remuneratório do Pessoal Docente e consequente identificação das necessidades de formação e desenvolvimento profissional.

Recursos Materiais e Serviços

- Implementar a avaliação dos vários serviços do IPS, com objetivos e indicadores associados à eficácia, eficiência e qualidade.

Sistema de Informação

- Desenvolvimento permanente do sistema de informação e mecanismos que permitem garantir a recolha, análise e utilização dados e de outra informação relevante;
- Elaboração de relatórios normalizados dos resultados globais dos inquéritos aos estudantes e a sua divulgação nos portais das escolas;
- Incluir nos relatórios de monitorização dos cursos dados sobre a qualificação do corpo docente afeto aos cursos.

Divulgação Pública da Informação

- Estabelecer uma metodologia que permita de forma sistemática uma monitorização e atualização da informação disponível nos Portais, identificando as Partes Interessadas relevantes e as suas respetivas necessidades que o IPS possa satisfazer;
- Assegurar a divulgação nos portais dos resultados globais dos inquéritos de opinião dos estudantes sobre o funcionamento das UC e cursos.

Acompanhamento, avaliação e melhoria contínua do SIGGQ

- Ampliar a notoriedade e intervenção das Unidades de Melhoria Contínua (UMC) na implementação e divulgação do SIGGQ;
- Proceder à revisão do Manual da Qualidade, integrando:
 - A Visão, Valores, Missão e Objetivos Estratégicos, decorrentes do Plano Estratégico do IPS;
 - Ajustamentos tendo em conta a nova versão das *European Standards and Guidelines* (ESG2015);
 - Outros ajustamentos decorrentes da experiência entretanto adquirida com a implementação do SIGG.
- Proceder a uma auditoria interna do SIGGQ, por uma equipa de membros externos;
- Iniciar o exercício de autoavaliação (de acordo com guião da A3ES);
- Elaborar Planos de ação/melhoria relativamente às conclusões e recomendações constantes no presente relatório, após aprovado.

Por fim, atendendo aos objetivos do presente relatório, recomenda-se a alteração da sua designação para ***Relatório Anual de Análise do Desenvolvimento Organizacional do IPS***.